



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 060/061

CURITIBA, QUARTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 23/28 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE JUNHO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Elton Carlos Welter.

Às dezesseis horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Chico Noroeste (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece req-

uisitos para criação, autorização e funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 04 (quatro), ao Substitutivo Geral, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, com apoioamento dos Deputados: Nelson Tureck, Duílio Genari, Natálio Stica e Carlos Simões, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 301/2003**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 301/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Os processos de criação, autorização e funcionamento de abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação nas áreas de saúde das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinadas às disposições da presente lei.”

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Duílio Genari, Natálio Stica e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa justifica-se para melhor adequação do texto.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02  
AO SUBSTITUTIVO GERAL**

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 301/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde, com anuência prévia dos órgãos de classe representativos das áreas profissionais de saúde, analisar e avaliar as solicitações de criação dos cursos que se refere a presente lei, observando todos os seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no que concerne à observância da necessidade social e requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas respectivas entidades de representação nacionais.”

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Nelson Tureck, Duílio Genari, Natálio Stica e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa justifica-se para melhor adequação do texto.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 03 AO SUBSTITUTIVO GERAL

O artigo 8º do Projeto de Lei nº 301/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, ouvidos os Conselhos Estaduais de Educação e Saúde, com manifestação perante estes, dos órgãos de representação dos profissionais da área de saúde.”

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Nelson Tureck, Duílio Genari, Natálio Stica e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa justifica-se para melhor adequação do texto.

## EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO, Nº 04 AO SUBSTITUTIVO GERAL

O parágrafo 2º do artigo 6º do Projeto de Lei nº 301/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 6º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Esgotado o prazo constante do parágrafo anterior e não sanados os vícios, facultado às entidades de representação profissional, através de parecer fundamentado, indicar a suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.”

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Nelson Tureck, Duílio Genari, Natálio Stica e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda corretiva justifica-se para melhor adequação do texto.

**O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 - LDO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA

**CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 006/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2004, de 06/04/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui no Estado do Paraná o Dia da Comunidade Árabe, a ser comemorado anualmente no dia 11 de novembro, passando a integrar o Calendário Oficial do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2004, de 03/05/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 153/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Exmo. Sr. Deputado Marcos Isfer, o presente projeto visa instituir no Calendário Oficial do Estado o Dia da Comunidade Árabe”, a ser comemorado no dia 11 de novembro de casa ano.

**Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade.

**Conclusão**

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Quisana - ASMOVIQ, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2004, de 04/05/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 159/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Francisco Bühner, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Quisana - ASMOVIQ, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que institui o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana, a ser comemorado no dia 24 de agosto de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2004, de 19/05/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 196/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Exmo. Sr. Deputado Felipe Lucas, o presente projeto visa instituir no Calendário Estadual o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana, a ser comemorado no dia 24 de agosto de cada ano.

**Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade.

**Conclusão**

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de interesse turístico estadual o 28º Travel Mart Latin América, a realizar-se no Município de Foz do Iguaçu, entre 29 de setembro a 4 de outubro de 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2004, de 24/05/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 201/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 201/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Dobrandino da Silva, tem por desígnio declarar de interesse turístico estadual o 28º Travel Mart Latin América, a realizar-se no Município de Foz do Iguaçu, entre 29 de setembro a 4 de outubro de 2004.

**Histórico**

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade do referido projeto de lei.

**Fundamentação**

A presente proposição normativa visa a declaração de interesse turístico estadual do evento que vem, há 27 anos, sendo consolidado no Estado do Paraná, através de seu profissionalismo e seriedade, proporcionando a nosso Estado um maior volume de negócios, bem como um atrativo no cenário turístico paranaense.

**Conclusão de Relatório**

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito à Rua das Safiras, 25 - Jardim Ouro Fino. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 047/2004, de 26/05/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 213/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 213/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock e Nelson Tureck.

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Sras. de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2004, de 07/06/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 231/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Sras. de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2004, de 08/06/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 145 e 156/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 006, 110, 131, 153, 159, 196, 201, 207, 213, 224, 231, 238/2004 e do Projeto de Resolução nº 010/2004.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 730/2003; 074, 123, 188, 198 e 210/2004; e do Projeto de Lei Complementar nº 081/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/2004.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51). Achando-se em licença os Srs. Deputados Chico Noroeste e Renato Gaúcho (02). Achando-se em licença o Sr. Deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

OFÍCIO Nº 084/2004

Curitiba, 28 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem a presença de V. Exa. para solicitar autorização para ausentar-me do País nas datas de 29 e 30 do corrente mês, em vir-

tude de representar essa Casa de Leis na condição de observador na rendição do General Lino Oviedo às autoridades paraguaias.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) JOCELITO CANTO

OFÍCIO Nº 783/2004

Curitiba, 25 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, aprovado pelo Órgão Especial em sessão de 25 de junho de 2004, que dispõe sobre os Quadros de Servidores do Poder Judiciário.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) J. VIDAL COELHO

Presidente em exercício do Tribunal de Justiça

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - O Quadro de Servidores do Foro Judicial fica reestruturado na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º - Ficam criadas no Quadro do Foro Judicial as carreiras na forma prevista no Anexo I.

Parágrafo Único - A promoção e a progressão dos servidores efetivos do Foro Judicial na carreira dar-se-á observando-se as formalidades legais e regulamentares.

Art. 3º - O número de cargos efetivos do Foro Judicial está previsto nos Anexos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 4º - Os quatro (04) cargos em comissão simbologia AE-1 criados pela Lei nº 11.063, de 01 de fevereiro de 1995, ficam transformados em cargo em comissão simbologia DAS-5.

Art. 5º - Os servidores aposentados na forma da Lei nº 6.508, de 13 de novembro de 1973, passam a perceber seus proventos correspondentes ao nível A1 do Anexo II desta Lei.

Art. 6º - A Tabela prevista no Anexo II desta Lei, aplica-se aos servidores ativos e inativos do Foro Judicial e das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01

de julho de 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO I  
DESLOCAMENTO NA CARREIRA

FORO JUDICIAL			
CARREIRA	CLASSE	INICIAL	FINAL
Escrivão do Crime			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara da Infância e da Juventude, da Vara da Infância e da Juventude e Adoção			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara de Família			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórios Cíveis			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Precatórios Criminais			
Entrância Final	I	C2	C7
Escrivão da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Inquéritos Policiais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Adolescentes Infratores			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Execuções Penais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara da Corregedoria dos Presídios			
Entrância Final	I	E4	E9



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO I  
DESLOCAMENTO NA CARREIRA

Escrivão da Vara de Delitos de Trânsito			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara do Tribunal do Júri			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário de Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Oficial de Justiça			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Oficial de Justiça dos Juizados Especiais			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Porteiro de Auditório da Capital			
Entrância Final	I	D2	D7
Comissário de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Auxiliar de Cartório			
Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10
Entrância Inicial	III	C1	C6
Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO I  
DESLOCAMENTO NA CARREIRA

Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10
Entrância Inicial	III	C1	C6
Assistente Social			
Entrância Final	I	E1	E6
Entrância Intermediária	II	D10	E4
Entrância Inicial	III	D4	D9
Psicólogo da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E3	E6
Auxiliar Administrativo			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Contador/Avaliador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E3	E6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
E  
TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO II  
NÍVEIS DE VENCIMENTO

Ordem	A	B	C	D	E	F
1	860,35	1.109,19	1.420,80	1.791,50	2.648,24	3.416,63
2	880,48	1.134,70	1.449,78	1.833,47	2.710,31	3.496,68
3	901,09	1.160,80	1.479,36	1.876,42	2.773,80	3.578,60
4	922,17	1.187,50	1.513,97	1.920,37	2.838,78	3.662,45
5	943,75	1.214,81	1.549,40	1.965,38	2.905,29	3.748,26
6	965,83	1.242,75	1.585,66	2.011,43	2.973,37	3.836,08

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
E  
TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO II  
NÍVEIS DE VENCIMENTO

7	988,43	1.271,33	1.622,76	2.058,55	3.043,03	3.925,96
8	1.011,56	1.300,57	1.660,73	2.106,78	3.114,32	4.017,95
9	1.035,23	1.330,49	1.699,59	2.156,14	3.187,31	4.112,08
10	1.059,46	1.361,09	1.739,36	2.206,67	3.261,99	-
11	1.084,25	1.392,39	1.780,07	2.258,39	3.338,41	-

**JUSTIFICATIVA:**

Não contemplados pela reorganização do quadro de servidores do Judiciário levada a efeito pela Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, os auxiliares da Justiça do Foro Judicial há anos sofrem a disparidade de tratamento no que se refere à implantação de um plano de carreira próprio.

Os Quadros do Foro Judicial do Estado não foram estruturados de forma a motivar o trabalhador. O vínculo jurídico que hoje se estabelece entre o Poder Judiciário e o servidor da comarca sujeita este último nível de vencimento. Nenhuma carreira e conseqüentemente nenhuma oportunidade de promoção ou progressão funcional durante toda a sua vida de trabalho.

A Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, veio a dar início a esse processo de implantação das carreiras do foro judicial, proporcionando aos funcionários oportunidade de promoção, com base nos critérios de merecimento e antigüidade.

A perspectiva que ora se vislumbra, longe de ser perfeita, representa, em verdade, antigo e justo anseio dos servidores do Foro Judicial, que lhes dará estímulo e motivação para o contínuo desempenho de suas funções de forma diligente e produtiva. É a exposição.

Curitiba, 22 de junho de 2004.

(a) OTO LUIZ SPONHOLZ  
Presidente

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

### REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

### REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 29/06/2004, em Comissão Geral para Votação dos Projetos de Lei nº 207/2004 (Dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado), bem como dos Projetos de Lei nºs 206, 081 e 076/2004.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Duílio Genari, Delegado Bradock, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luis Nishimori, Nelson Garcia, Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Nereu Moura, Luiz Accorsi, Ângelo Vanhoni, Elza Correia, Antônio Anibelli, Rafael Greca, Alexandre Curi, Felipe Lucas, José Maria Ferreira e Nelsinho Dal Santos.

### REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUEREM antecipação da Sessão Ordinária de amanhã (29/06/2004) para o período da manhã.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(aa) NATÁLIO STICA  
DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 240/2003, de minha autoria que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô, tendo em vista que a entidade já declarada pela Lei nº 13.251/2001.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) NEREU MOURA

## REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Pedro Trevizan, ocorrido em 30 de março de 2004.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Pedro Trevisan, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Pedro Trevizan era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, conhecidos e colegas de trabalho, todos entristecidos com o seu passamento.

Nasceu em Curitiba, no Bairro Butiatuvinha, em 15 de novembro de 1916. Era filho de Ângelo e Rosa Trevizan. Toda a sua vida foi alicerçada na liderança da comunidade, no zelo pela família, no temor a Deus, no seu trabalho incansável e nas amizades de que desfrutava.

Juntamente com seu pai Ângelo e seu irmão Ogênio, comprou um armazém e o moinho da família Manosso. Mais tarde, adquiriu um bar que foi transformado no que é hoje o Restaurante Cascatinha. Posteriormente, com seus filhos Renato e Gilberto, fundou e construiu o Ristorante Castello Trevizzo, onde o home-nageado trabalhou até o início do ano em curso.

Foi fundador da Capela São Judas Tadeu, para a qual devotou 48 anos de seu tempo, abrindo-a todos os domingos, tocando o sino, preparando o altar para as missas, zelando dela com muito amor e fé.

Pedro deixou os filhos Renato, Rossi, Felicidade, Maria Regina e Gilberto, 14 netos e 7 bisnetos e muitos

exemplos a serem seguidos. Nunca esqueceu o amor a Deus, a dedicação à família, o trabalho honesto e muitas amizades. “Vamos enfrentar até que dá” era seu lema.

A homenagem póstuma representado por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Pedro Trevizan.

Que, da decisão se dê ciência à família, com o envio de cópia do presente requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família Frare pelo falecimento, no dia 24 de junho, do empresário Ciro Frare, aos 67 anos. Ele deixa a esposa, dois filhos e três netos.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO

GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perde uma das suas personalidades mais atuantes na economia brasileira nas últimas décadas, o empresário Ciro Frare. Além de ser um homem empreendedor, Frare foi um amigo dos paranaenses, em destaque os seus compromissos sociais, empenhado, com sua solidariedade, em ajudar, de forma efetiva, muita gente, em especial os centenas de funcionários das suas empresas.

A sociedade paranaense, ainda de luto, está triste e consternada com a morte do amigo Ciro Frare.

## REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Walter Pécoits, que ocorreu dia 25 de junho/2004, em Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade faleceu o Dr. Walter Pécoits, ocorrido dia 25/06/2004, que deixou viúva a Sra. Manoela Pécoits. Deixou, ainda, 3 filhos, 9 netos e 05 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Dr. Walter Pécoits, filho de Conrado Pécoits e de Dona Albertina Pécoits, nasceu em 29 de outubro de 1917, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, fez o curso primário em Porto Alegre, o secundário no Ginásio Anchieta e o superior na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul, diplomando-se em Medicina.

Foi professor secundário; Vereador em Erechim - Rio Grade do Sul, por duas legislaturas; Vereador e Prefeito Municipal de Francisco Beltrão - Paraná, para onde mudou-se, fixando residência. Fundou o Hospital Nossa Senhora de Medianeira.

O Dr. Walter Pécoits foi um dos principais líderes políticos da história do Paraná. Foi Deputado Estadual, teve seu mandato cassado com a chegada do regime Militar em 1964, ficando vários anos afastado da vida política. Voltou como Secretário de Estado de Assuntos Fundiários, no Governo José Richa. Também como titular da Casa Civil.

O médico Walter Pécoits foi companheiro e amigo de jornadas do meu pai, na região do Sudoeste do nosso Estado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus parentes e amigos. Resta-nos, todavia um consolo, é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que lhes dê o necessário conforto nesta hora tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pécoits, endereçando a ela voto de profundo pesar, pedindo a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Costa pelo falecimento, no dia 24 de junho, de Carlito Dorival Costa de 92 anos. Ele deixa um filho, a nora, dois netos e uma bisneta.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Carlito Dorival Costa, que dedicou uma vida inteira ao labor, deixando sua marca indelével na história do Município e Balsa Nova, morreu no último dia 24 de junho aos 92 anos de idade. Este legado e exemplo para todos que amam o trabalho e a ética, se refletem no seu filho o nosso amigo Dinho, atual Prefeito de Balsa Nova.

#### REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do empresário Ciro Frare, ocorrido na última quinta-feira, na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Hermas Brandão e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Frare tinha várias empresas

Ponta Grossa - Ciro Frare nasceu em 18 de maio de 1937. O empresário era casado com Vânia Zacarias Frare e deixou dois filhos: André Zacarias Frare e Alexandre Zacarias Frare. A história de sucesso do empresário começou em 30 de agosto de 1966, na Cidade de Curitiba, com a concessionária Mercedes-Benz de razão social Divesa Distribuidora Curitiba de Veículos Ltda. A Divesa trabalha com a comercialização de caminhões e ônibus.

No final da década de 70, a empresa ampliou o campo de atuação, com a fundação de sua filial, em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Em 1984, o controle acionário do grupo foi adquirido por Ciro, que se tornou Diretor Presidente. Com a nova função, ele começou a fazer novos investimentos na Divesa que acabou se tornando uma concessionária de destaque no Brasil, recebendo inúmeros títulos de desempenho.

Ciro Frare também era proprietário da Divesa Automóveis, concessionária de automóveis Daimler Chrysler para o Paraná; da Cipasa Comércio de Veículos, concessionária de automóveis Volkswagen em Londrina/PR, e da Zacarias Veículos, concessionária GM em Maringá/PR.

#### REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Dr. Walter Alberto Pécoits, informando da manifestação de profundo pesar da Assembléia Legislativa do Paraná pelo seu falecimento, ocorrido na tarde do dia 25/06/2004.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO

HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é prestar uma última homenagem ao Dr. Walter Alberto Pécoits, um homem que dedicou sua vida ao atendimento da comunidade e dos mais necessitados.

O Dr. Walter Alberto Pécoits nasceu no dia 29/10/1917, na Cidade de Santa Maria/RS. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do mesmo Estado. A partir de então, até praticamente os últimos dias de sua vida, dedicou boa parcela do seu tempo ao atendimento dos mais necessitados, seja como médico, seja como político. Na política foi Vereador, Prefeito e Deputado Estadual. No período da ditadura militar teve seus direitos políticos cassados em razão de sua permanente luta pela democracia e respeito aos direitos humanos.

O Sr. Walter, deixou viúva a Sra. Manoela Silva Pécoits e três filhos: Roberto Flávio Pécoits, Walter Alberto Pécoits Filho e Rosa Maria Pécoits.

O Dr. Walter Alberto Pécoits é um exemplo a ser seguido pelas novas gerações, motivo pelo qual se requer dos ilustres colegas o apoio ao presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Walter Pécoits, médico e político do Município de Francisco Beltrão, que no último dia 25 de junho faleceu aos 86 anos. Walter Pécoits estava internado na Policlínica São Vicente de Paula, hospital que ajudou a construir e manter durante décadas.

Gaúcho de Santa Maria cursou medicina em Porto Alegre e seu primeiro trabalho, como médico, foi na Cidade de Erechim, RS, onde ingressou na vida política também, elegendo-se Vereador naquela cidade em 1952.

Em Francisco Beltrão foi Vereador de 1956 a 1960, época em que se tornou um líder da Revolta dos Posseiros; foi Prefeito entre 1960 e 1962 no Município de Francisco Beltrão e Deputado Estadual de 1963 a 1964, até ser cassado pela ditadura militar, depois foi Chefe da Casa Civil do Governo Richa e Secretário Estadual da Reforma Agrária no Governo Elísio Ferraz de Campos e seu último cargo público, por sete anos, foi o da chefia da 8ª Regional da Saúde, que exerceu com dignidade e dedicação entre os seus 76 e 83 anos de idade.

Homem que por sua longa e digna vida, sempre se esforçou nas conquistas de melhores dias para a população do Sudoeste, por isso construiu e faz parte da história da Região Sudoeste do Estado do Paraná e principalmente do nosso Município de Francisco Beltrão. Dr. Walter Pécoits era casado com Manoela da Silva Pécoits, e além dela deixou 3 filhos, 9 netos e 5 bisnetos.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 25 de junho passado, do Sr. Ciro Frare, empresário respeitado e bem sucedido, Diretor-Presidente do Grupo Divesa, nascido em Ponta Grossa em 18 de maio de 1937, casado e pai de dois filhos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, à Alameda D. Pedro II, 571, ap. 601 W, Bairro Batel, CEP 80420-060 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(aa) JOCELITO CANTO  
HERMAS BRANDÃO  
MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, presidida pelo Ilmo. Sr. Sérgio Roberto Dotto.

A referida homenagem deve-se pela comemoração dos 35 anos de fundação da referida entidade.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor, ao Ilmo. Sr. Jorge Zeve Coimbra. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços, por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Aldo José Parzianello, solicitando resposta, em caráter de urgência aos Ofícios da Vara de Execuções Penais de Londrina solicitando a transferência de 52 detentos para a Colônia Penal Agrícola; o envio de colchões, cobertores e uma suplementação de alimentos para a Penitenciária Estadual de Londrina e a Casa de Custódia de Londrina.

As providências acima citadas são de conhecimento da Secretaria de Justiça e Cidadania, e são necessárias para aumentar a oferta de vagas nas instituições penais, já que os Distritos Policiais estão com as dependências superlotadas.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Secretários de Estado da Fazenda e da Saúde, para que determinem seja incluída dotação no Orçamento Geral do Estado para 2005, visando viabilizar a aquisição de um respirador mecânico, uma incubadora e uma maca para oferecer maior segurança quando se realizam procedimentos médicos e atendimento dos internados no hospital.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos encaminhando esta solicitação à SEFA e à SESA por ser uma necessidade a aquisição de um respirador mecânico, uma incubadora eletrônica e uma maca (troca maca) para o Hospital Municipal de Tamboara.

Na impossibilidade de a Prefeitura contar com as necessárias condições financeiras para adquirir estes equipamentos, recorreremos ao Estado do Paraná, para que possibilite essas melhorias para equipar a única unidade hospitalar que atende à população daquele Município, que necessita do socorro do Sistema Único de Saúde.

**REQUERIMENTO Nº 1195**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Secretários de Estado da Fazenda e da Saúde, para que determinem seja incluída dotação no Orçamento Geral do Estado para 2005, visando viabilizar a construção de um novo Posto de Saúde.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos encaminhando esta solicitação à SEFA e à SESA para que se viabilize a construção de um novo Posto de Saúde no Município de Tamboara, porque o existente tem espaço físico limitado e não está atendendo às necessidades da população tamboarense. Para tanto, faz-se necessário uma nova construção, com salas para o Programa Saúde da Família, Pediatria, coleta de material para exames laboratoriais e local para reuniões e treinamento de pessoal, proporcionando, desta forma, melhores condições de trabalho e atendimento à população daquele Município.

**REQUERIMENTO Nº 1192**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, para que seja solicitado à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, informações mais detalhadas a respeito do Ofício do SEDIR - C/73/2004/DDI de 02 de junho de 2004, para que possamos contribuir de forma efetiva, visando um trabalho com base fundamentada.

- Informar onde foram realizadas, quais foram as obras executadas, os trechos compreendidos e os valores individuais, das diversas obras realizadas para atender aos 9.848 novos consumidores.

- Até o final de 2004, irão investir R\$1.132.720,00 em melhorias. Solicitamos informações em quais trechos serão executadas as obras, quais regiões, seus valores individuais e que tipo de obras serão feitas.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 255/2004**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de promover a defesa e integração dos estudantes, objetivando o aprimoramento das instituições estudantis do Município de Paranaguá.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 256/2004**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Execução Penal da Comarca de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) FRANCISCO BÜHRER

**JUSTIFICATIVA:**

O Conselho Comunitário de Execução Penal de São José dos Pinhais foi criado com amparo legal no artigo 80 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal) e se constitui em entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Fundado em 24 de março de 1999, o Conselho Comunitário de Execução Penal da Comarca de São José dos Pinhais tem sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Tem por finalidade dar assistência aos presos; planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados à prevenção da delinquência; organizar,

administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados, na Comarca do Município, proporcionando condições de reinserção social dos condenados. O Conselho Comunitário de Execução Penal realiza um importante trabalho de auxílio ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, na gestão e fiscalização das penas aplicadas pela Justiça Criminal da Comarca de São José dos Pinhais. É composto por representantes de diferentes segmentos da sociedade, que trabalham voluntariamente, sem receber nenhuma espécie de remuneração.

Ao longo de sua existência, o Conselho Comunitário de Execução Penal de São José dos Pinhais demonstra ser uma entidade responsável, organizada e efetivamente atuante, realizando um trabalho de inquestionável relevância social em prol da comunidade são-joseense.

Conhecendo o trabalho desenvolvido pelo referido Conselho, e tendo em vista que neste ato apresentamos em anexo os documentos necessários para que o mesmo receba o reconhecimento como Utilidade Pública Estadual, solicitamos dos nobres Pares o apoio ao presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 257/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná o "Dia da Comunidade Alemã", a ser comemorado anualmente, no dia 19 de fevereiro, passando a integrar o Calendário Oficial do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

Entusiasmado com o modelo de imigração alemã iniciada no Rio Grande do Sul, em 1824, o então governo provincial de São Paulo determinou ao Barão de Antonina que implementasse um núcleo idêntico, igualmente com a vinda de alemães, em terras paranaenses. Assim, cinco anos após a instalação do núcleo colonial alemão em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, chegava a primeira leva de imigrantes alemães de Trier ao Paraná, sendo instalada no atual Município de Rio Negro. Ao primeiro grupo de imigrantes, seguiram-se centenas de outros ao longo das décadas seguintes, todos chegando aqui com a grande esperança de encontrar, nessa extraordinária região, dias bem melhores do que aqueles vividos na pátria-mãe. Se assim não fosse, jamais teriam feito tão penosa travessia.

O dia 19 de fevereiro é a data escolhida para a comemoração, por ser apontada por historiadores como a

data da chegada da primeira leva de imigrantes alemães à cidade de Rio Negro.

A contribuição dos alemães ao progresso do Paraná é de uma amplitude incomensurável. Em mais de um século e meio, a gente alemã tem contribuído da forma mais significativa para o progresso deste Estado. Destacando-se, sobremaneira, nos campos da agricultura, das artes, no magistério, na medicina, entre outros, sua presença é notória.

Por sua valorosa presença em terras paranaenses e por ser a comunidade alemã merecedora desta especial homenagem, é que concito o apoio dos nobres Deputados deste Parlamento Estadual para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 258/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A oferta e a apresentação de produtos e serviços em vitrines, gôndolas, tabelas, cartazes, panfletos e painéis de qualquer espécie, bem como em mensagens publicitárias veiculadas em órgãos de comunicação, deverá informar aos consumidores, de forma clara e precisa, os respectivos preços.

§ 1º - Excetua-se do disposto do *caput* os serviços que dependam de orçamento para a definição do preço.

§ 2º - Deverão ser informados os preços à vista e a prazo do produto ou serviço, especificando-se, no último caso, o índice de juros aplicados.

Art. 2º - Bares, lanchonetes e restaurantes deverão afixar tabela dos preços dos seus produtos, de forma visível, na parede externa do estabelecimento, vitrine ou recepção.

Art. 3º - A inobservância do disposto na presente lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie:

I - advertência escrita, com prazo para regularização;

II - multa no valor entre R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 3.000,00 (três mil reais), graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a capacidade econômica do infrator.

Art. 4º - Caberá ao PROCON promover a divulgação do conteúdo desta lei a fiscalização do seu cumprimento.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.



Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 24, inciso VIII e também em seu parágrafo 1º, a legitimidade e competência da União em estabelecer as normas gerais de defesa do consumidor e ao Estado em estabelecer as normas individuais, estas em conformidade com as necessidades a que se adequem cada região, onde certamente deverá ser observado o aspecto prático e os benefícios que possam alcançar com seus procedimentos, e certamente visando à preservação do direito do cidadão, tanto no aspecto econômico como também nos seus direitos, resguardando portanto os benefícios e direitos já adquiridos.

Sendo assim, compete aos Estados estabelecerem as normas individuais concretas, levando em conta as necessidades, adequando-as de forma clara e benéfica ao consumidor, proporcionando o melhor serviço e também o melhor preço, resguardando os direitos já alcançados e garantidos em lei. Entendemos como necessária uma clara identificação do preço ao consumidor, bem como a forma de pagamento e a taxa de juros aplicada em caso de parcelamento, e que isto deve ser explicitado pela lei, para evitar dúvidas aos consumidores.

Desta forma, propomos aos nobres Parlamentares a apreciação do presente projeto, esperando a sua aprovação em benefício da população paranaense.

#### PROJETO DE LEI Nº 259/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Lar da Criança de Planalto, com sede no Município de Planalto e foro na Comarca de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Lar da Criança de Planalto, fundada em 14 de setembro de 1987, com a finalidade de abrigar crianças desamparadas, ministrando-lhes assistência material e espiritual.

A entidade não tem fins lucrativos e sua diretoria não é remunerada a qualquer título, tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 608/89.

Devidamente registrada sob nº 0375, no Livro A-3 de Pessoa Jurídica do Cartório de Registro de Títulos e

Documentos da Comarca de Capanema, e preenchendo todos os requisitos legais necessários, conforme documentação inclusa, entendemos plenamente justificada a proposição para declarar de Utilidade Pública a referida Associação.

Contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 260/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, entidade civil sem fins lucrativos, tem por missão prestar assistência e apoio a pessoas carentes com câncer, estendendo o atendimento às suas famílias, incluindo orientação psicológica através de programas de reabilitação emocional, integração e inserção social.

Os objetivos básicos da entidade são suprir as necessidades básicas com medicamentos, alimentação, suplementos alimentares, transporte e outros; criar mecanismos para melhoria da qualidade de vida das pessoas carentes portadoras de câncer, orientar sobre recursos existentes na comunidade e seus direitos; viabilizar benefícios da Previdência Social; oferecer orientação jurídica; integrar os usuários na sociedade; promover campanhas, seminários, palestras a fim de orientar os pacientes e a população sobre a doença; realizar terapias de grupo com os pacientes e seus familiares; e orientar à população sobre a realização de exames preventivos.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje é falar, ao mesmo tempo que apresentamos um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Ciro Frare, sem dúvida nenhuma, merece ser homenageado por esta Casa, e ser reverenciado por todos nós.

Ele nasceu em Ponta Grossa em 18 de maio de 1937, e de forma estúpida e covarde acabou sendo assassinado na semana que passou, na cidade de Londrina. Lamentamos profundamente, pois trata-se de uma pessoa que nasceu em nossa cidade; nasceu em Ponta Grossa;

nasceu nos Campos Gerais, e lamentamos com profunda indignação a forma covarde com que foi assassinado esse grande empresário, essa pessoa de nome aqui no Paraná, uma pessoa que construiu toda a sua vida com a sua luta, com o seu esforço, e principalmente, desempenhando o seu trabalho no dia-a-dia com responsabilidade, e acima de tudo, levando cada vez mais o nome de nossa cidade e do nosso Estado.

(Lê):

“A história de sucesso do empresário Ciro Frare começou com a concessionária Mercedes-Benz com razão social DIVESA Distribuidora Curitiba de Veículos Ltda, em 30 de agosto de 1966, na cidade que hoje se estabelece - Curitiba/PR.

Com ramo de atividade voltado à comercialização de caminhões e ônibus, a empresa sempre esteve em constante crescimento, destacando-se por sua filosofia que desenvolvia juntamente com seus funcionários; resulta na total dedicação aos seus clientes.

No final da década de 70, ampliou-se o campo de comercialização. Foi fundada na região metropolitana de Curitiba, a filial São José dos Pinhais, onde atua até hoje conquistando cada vez mais clientes e apresentando ótimos resultados.

No ano de 1984, o controle acionário da empresa, foi adquirido pelo Sr. Ciro Frare (Diretor-Presidente) e a partir deste ano iniciou-se um ciclo de investimentos na empresa. A mudança na filosofia da venda de veículos novos e usados, mais investimentos no Centro de Treinamento Homologado pela Mercedes-Benz do Brasil, e com a equipe de Pós-Venda já formada, desenvolveram-se trabalhos de qualidade voltados totalmente à plena satisfação dos clientes. A empresa tornou-se logo, uma concessionária de destaque no Brasil, recebendo inúmeros títulos de desempenho.

No mesmo ano inaugurou-se o Consórcio DIVESA CIPASA que com baixo custo operacional, cobrando a mais baixa taxa de administração, não cobrando fundo de reserva residual e reajuste de saldo de caixa, chegou a ser responsável por 60% das vendas de caminhões e ônibus da empresa.

Ciro Frare também era proprietário da DIVESA Automóveis, concessionário de automóveis DAIMLER-CHRYSLER para o Paraná, sediado em Curitiba, a CIPASA Comércio de Veículos, concessionária de automóveis Volkswagen em Londrina/PR, e a Zacarias Veículos, concessionária GM em Maringá/PR.

O empresário Ciro Frare, nascido em 18.05.1937 em Ponta Grossa é casado com Vânia Zacarias Frare e tem dois filhos, André Zacarias Frare e Alexandre Zacarias Frare.” Nós, de Ponta Grossa e de toda a comunidade dos Campos Gerais, temos muito orgulho daquilo que ele plantou e que, certamente, seus filhos e familiares levarão adiante.

Por isso, estamos requerendo votos de pesar pelo falecimento desse empresário que amava o Paraná, que

nasceu em Ponta Grossa e tinha um carinho especial por nossa cidade.

Fica aqui o nosso registro e a nossa homenagem.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Peço, pela ordem, para fazer também a nossa manifestação de tristeza em relação à morte do empresário Ciro Frare.

Amigo, gente honesta e que, infelizmente nos deixou de forma trágica. E que se faça justiça com quem cometeu esse crime tão bárbaro que abalou tanto a nossa sociedade do Paraná todo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Nelsinho Dal Santos.

O SR. NELSINHO DAL SANTOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“É com muita honra que ocupo esta tribuna para falar do trabalho extraordinário, um trabalho excepcional que está beneficiando e vai beneficiar ainda mais todos os paranaenses. Estou falando do cuidado, do carinho que o Senador Flávio Arns e a Secretaria Estadual da Saúde estão tendo pelos portadores de deficiência.

Prudentópolis foi sede do encontro de três micror-regiões das cidades de Guarapuava, União da Vitória e Irati, reunindo mais de 30 APAE's para facilitar e esclarecer aos diretores das APAE's destes municípios as normas, o grande significado e a importância da Portaria 1635 que permite o credenciamento das APAE's com o Sistema Único de Saúde.

Agora, sim, com regras muito claras, facilitou para que as entidades de nosso Estado recebam pelos procedimentos realizados na área da saúde como os de fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, neurologia e outros atendimentos médicos.

Vale salientar aqui que estes recursos são extra-teto e que vêm incrementar a economia nos Municípios. São recursos que vêm a mais do limite recebido pelo Municípios, que permitem até a possibilidade de as entidades, APAE's credenciadas, atender outras crianças e pessoas com deficiência, que não estão frequentando a APAE no momento.

Esse esforço, esse trabalho para que se efetivem esses credenciamentos das APAE's no Paraná está sendo pioneiro e de grande valor. Por isso, nossa satisfação de falar e elogiar este trabalho e poder ter participado dando a nossa contribuição, auxiliando na execução do credenciamento, apoiando os encaminhamentos dos processos à Secretaria Estadual da Saúde.

A história é pródiga em apontar exemplos de força e sucesso que surgem da união de pessoas em torno de um objetivo. Independentemente da motivação, seja política, esportiva, empresarial ou social como este.

O espírito coletivo, ao meu ver, também é capaz, como a fé, de mover e criar montanhas, porque a união e a fé de várias pessoas entrelaçadas e engajadas na conquista de um objetivo onde um é pouco, dois é bom e três é melhor ainda, e quanto maior o número de pessoas compromissadas em um projeto, maiores são as probabilidades de atingir as metas, de obter sucesso e de garantir o futuro melhor a toda a nossa sociedade sem exclusões.”

Então, era esse o nosso pronunciamento a respeito do credenciamento das APAE's, num encontro de muita relevância, que aconteceu no Município de Prudentópolis e que irá beneficiar todos os paranaenses.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana que passou, mais precisamente na segunda-feira, tive a oportunidade de usar a tribuna desta Casa para fazer um alerta e uma denúncia de algo grave que está acontecendo no nosso Estado, num dos setores mais sensíveis, e na minha visão, o principal setor que deveria se preocupar um Governo, que é o setor da Saúde. Todos nós sabemos que, de nada adianta ter escolas, de nada adianta ter estradas, de nada adianta ter ambulâncias se não tivermos um tratamento digno às pessoas e, por conseguinte, aos paranaenses.

Usei esta tribuna para mostrar aqui documentos, mais precisamente a ata da reunião da comissão bipartite que é uma reunião dos Secretários Municipais de Saúde com a Secretaria de Estado da Saúde. Fiz essas colocações. Pois bem, passou-se um dia.

Na quarta-feira, infelizmente, não pude estar presente na Sessão em função de compromissos assumidos junto ao Poder Judiciário. Não fui surpreendido, - eu costumava dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como dizia o recém-falecido Governador Leonel Brizola: “depois de algumas quadras na vida da gente, pouca coisa surpreende”. Fui comunicado que o ilustre e nobre Deputado Líder do Governo, Natálio Stica usou esta tribuna para contestar aquilo que eu havia falado daqui, quarenta e oito horas antes.

Dizia o Deputado Natálio Stica, e eu tenho em mãos aqui as notas taquigráficas: “Não vejo o Deputado Ribas Carli, o que me deixa preocupado, porque queria falar olhando em seus olhos.” Deputados Natálio Stica, eu estou aqui, o senhor pode olhar nos meus olhos e eu estou olhando para os seus. O senhor, naquele dia, disse que eu não tenho autoridade para falar sobre saúde, mas eu tenho sim, Deputado, tenho uma história em defesa da saúde, tenho uma história de preocupação com a saúde!

Primeiro, por ser profissional da saúde, e quando tive a oportunidade, rara, que tem um filho de Guara-

puava em ser seu Prefeito, dei demonstrações efetivas da minha preocupação com o setor de saúde quando, naquela época, Deputado Natálio Stica, não existia exigência da aplicação de percentuais no setor de saúde, e como Prefeito daquela terra, daquele rincão paranaense, berço do paranismo, apliquei 14% do orçamento do Município na Saúde, instalando um sistema que se tornou modelo para o Brasil.

Quero olhar nos seus olhos, Deputados Natálio Stica, para lhe dizer que, como Deputado Federal, labutei na Comissão de saúde, fui à tribuna defender a contribuição provisória sobre movimentação financeira contra os interesses dos meus pares, os empresários que me pediam para votar contra. Votei para defender esses recursos que deveriam ser alocados somente para a Saúde. Infelizmente, o Governo Fernando Henrique não os aplicou em Saúde, e diversas vezes ocupei a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar que os recursos da CPMF não estavam sendo direcionados para a saúde.

#### (**Passa a usar o Horário da Liderança do PP**)

Denunciava lá e fico triste agora, Deputado Natálio Stica, que o Partido dos Trabalhadores, com quem aquela época me ombreei na Câmara dos Deputados, com o Deputado Eduardo Jorge, o Deputado Arlindo Quinada, na defesa de recursos para a Saúde.

Hoje também não enviam os recursos da CPMF para a Saúde, e hoje, nós temos milhares de brasileiros que morrem à mingua, por falta de assistência médica.!

Tenho autoridade, sim, Deputado Natálio Stica, para falar sobre Saúde, porque nesta Casa, não só neste mandato como no anterior, ainda no Governo Jaime Lerner, fazia parte da Comissão de Orçamento. Em todos os anos lutamos para destinar mais recursos para a Saúde.

E quero lhe dizer, ainda no ano passado, junto com diversos Deputados, com o Presidente do seu Partido, o Deputado André Vargas, lutamos até o último de nossas forças para conseguirmos tirar dos recursos alocados à Saúde, os recursos para saneamento básico, uma emenda do nobre e ilustre Deputado Luciano Ducci.

Agora, quero dizer-lhe, Deputado Natálio Stica, quando o senhor diz que nada se fez em saúde, em Guarapuava, eu tenho em minhas mãos um documento que mostra o que foi feito naquele período. Imagine o senhor, se não fosse o trabalho realizado pelo outro Governo, nós não teríamos, por exemplo, UTI's neonatal em dois hospitais de Guarapuava! Não só a autorização, não só o credenciamento, mas também a doação dos equipamentos para o funcionamento dessas UTI's.

Não fosse só isso, também tivemos credenciamentos importantes, Deputado Natálio Stica, credenciamento de quimioterapia.

O senhor certamente sabe o que é quimioterapia. Ela que tem que ser aplicada aos doentes portadores de um mal terrível, de um mal que não tem cura. E aqueles menos favorecidos, aqueles que não têm recursos para se

locomover até uma outra cidade, morrem à míngua, porque não tinham condições de receber o tratamento quimioterápico. Ou, se vinham para Curitiba, não tinham onde se hospedar porque o tratamento demora um tempo. A pessoa muitas vezes fica apenas um dia internada e depois tem que ficar convalescendo antes de voltar para a sua casa!

Pois bem. Foi credenciado o Serviço de Quimioterapia, mas também foi credenciado, Deputado Natálio Stica, o Serviço de Psiquiatria. Aquelas pessoas que têm problemas mentais, antes tinham que ser mandadas para Ponta Grossa, para o Hospital Franco da Rocha, tinham que vir de Guarapuava e de toda a região em ambulâncias para serem internadas em hospitais psiquiátricos em Ponta Grossa.

Hoje, o Hospital Santa Tereza, de Guarapuava, está credenciado! Também houve o credenciamento do Serviço de Neurologia, com cirurgias, facilitando a vida daqueles que têm um problema e que não podiam ser atendidos.

Da mesma forma, credenciamento, Deputado Natálio Stica, do Serviço de Nefrologia do Hospital Santa Tereza, dando facilidade, comodidade e um pouco mais de vida àqueles que aguardam pelo transplante de um rim.

Esses Serviços todos foram, implantados no Governo que o senhor disse que não fez nada pela Saúde! Não fosse isso, que são atitudes que estruturam o sistema de Saúde, a questão de recursos - é claro que se foram credenciados todos esses serviços, os recursos que foram aplicados, foram volumosos! E sem contarmos a construção, Deputado Natálio Stica, do maior hemocentro do interior do Estado do Paraná! Está lá em Guarapuava, para atender toda a região, em uma área sensível e de grande preocupação, porque sabe o senhor, Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, que o sangue é o condutor de todos os nutrientes do corpo humano, que o sangue é capaz de nos dar e também de nos tirar a vida! O sangue é quem leva o oxigênio - fundamental para nossa sobrevivência - a todas as células do nosso organismo. Ele também é o responsável por levar as infecções, por levar as doenças que não têm cura, como por exemplo a AIDS!

Pois é! Lá em Guarapuava foi construído o maior hemocentro e que hoje fornece sangue de qualidade, não só para Guarapuava, como para toda aquela grande região do Paraná. Esse, sim, foi o serviço executado, Deputado Natálio Stica, e naquele dia eu me referia à afirmação que foi feita pelo Secretário de Saúde. talvez, e tenho certeza que tenha acontecido isso, o senhor não tenha a memória dos fatos, da história, do acontecimento e por isso eu relato. Mas, o Secretário de Saúde diz que - e a Ata está em minhas mãos e o senhor pode ler, - textualmente, que Guarapuava não precisa de cinco hospitais!

Deputado Natálio Stica, caso se configurem os descredenciamentos que estão para acontecer, e esta é a

minha preocupação, Guarapuava ficará apenas com 160 leitos credenciados para atendimento aos usuários do SUS.

Temos alguns dados em mãos, Deputado Natálio Stica, onde o número de leitos por um mil pacientes no Paraná é de 3,02 leitos! Se ficarem em Guarapuava apenas 160 leitos, vamos ter um leito para cada um mil pacientes. E se considerarmos a microrregião de Guarapuava, que tem quinhentos mil habitantes, vamos ter um índice de 0,32 leitos por um mil habitantes.

É essa a minha denúncia! É esse o meu alerta! Guarapuava não pode ficar sem esses leitos hospitalares! Guarapuava não pode prescindir desses leitos, porque a sua gente irá sofrer e já está sofrendo!

Por isso, faço questão de concluir as minhas palavras dizendo ao nobre e ilustre Deputado Stica, a quem respeito, que estou aqui para olhar nos seus olhos e para que ele olhe em meus olhos e que também mude o olhar para o que diz a imprensa. Está aqui o que diz o Ministério Público a respeito da Saúde e de como está agindo o Sr. Secretário da Saúde, quando não aplica recursos que deveria aplicar na Saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Bühner)**

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um registro nesta Casa, e que esse registro possa, realmente, ficar perpetuado nos Anais desta Casa. O Sudoeste do Paraná, na tarde de sexta-feira, perdeu um dos homens mais ilustres daquela região. Líder nato, homem de uma vivência política inquestionável e que ajudou colonizar a região Sudoeste do Paraná.

Refiro-me ao Dr. Walter Alberto Pécoits, ilustre homem público que escreveu uma das mais bonitas e maravilhosas histórias políticas da nossa região e do nosso Estado.

Walter Alberto Pécoits veio do Rio Grande do Sul, da Cidade de Erechim, para Francisco Beltrão, em 1952. Nesse período, demonstrando liderança e com espírito pioneiro que sempre o permeou na sua carreira, em setembro de 1952 veio desbravar o Sudoeste do Paraná fixando residência na Cidade de Francisco Beltrão, onde marcou presença com muita dedicação como médico, e mais uma vez foi convocado pela liderança que desabrochava em uma região de conflitos.

Em 1957 ou 1956, Walter Alberto Pécoits elegia-se Vereador em Francisco Beltrão.

Em 1960 elegeu-se Prefeito Municipal de Francisco Beltrão. Entre essas datas, pelas circunstâncias de conflitos de terras entre posseiros, liderou o movimento da famosa revolta de 57, que se tornou notícia nacional em todo o País, e que culminou com a expulsão da região Sudoeste do Paraná, mais especificamente sendo sede

desse movimento a Cidade de Francisco Beltrão, expulsão das companhias de terras que, na época, pretendiam dominar as terras da região Sudoeste do Paraná colocando-se contra os posseiros que ali chegavam para colonizar o Sudoeste do Paraná. Não chegou a completar o mandato de Prefeito Municipal por ter sido eleito Deputado Estadual em 1962. Sua brilhante carreira política foi truncada pela cassação de seu mandato em 13 de abril de 1964. Pela aplicação do Ato Institucional que seguiu à disposição do presidente João Goulart, pelo arbítrio, foi preso em 09 de agosto de 1964, ocasião em que sofreu inúmeras torturas pela ditadura, chegando a perder o seu olho esquerdo.

Passados os anos de suspensão dos direitos políticos, participou Walter Alberto Pécoits como Chefe da Casa Civil do Governador José Richa, de 1º de janeiro de 1986 até abril do mesmo ano. No mandato do Governador João Elísio Ferraz de Campos, que completaria o período do Governador Richa, exerceu com muita competência e dedicação as funções de Secretário da Reforma Agrária do Estado.

### **(O orador passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB)**

Completando esse período em que serviu o Paraná, retornou a Francisco Beltrão. E, no Governo Jaime Lerner, exerceu o cargo de Chefe da 8ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão durante sete anos.

Walter Alberto Pécoits recebeu ainda na sua trajetória política o Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido pelo nosso querido Deputado Adhail Sprenger Passos, autor do projeto de lei de Cidadania Honorária do Paraná.

O Sudoeste do Paraná e Francisco Beltrão, na tarde de sexta-feira, calaram-se pela vida dedicada desse brilhante homem público, desse médico que foi um amante das pessoas humildes, pobres e, principalmente, um defensor permanente daqueles que defendiam a terra na região Sudoeste do Paraná.

Por que não dizer, Walter Alberto Pécoits, com certeza, foi o mentor e o pioneiro do início da reforma agrária neste País, porque o Brasil inteiro acompanhou os conflitos de terras existentes na região Sudoeste do Paraná e lá estava presente o médico, Walter Alberto Pécoits, líder nato, incontestado, defendendo os posseiros, enfrentando os jagunços daquela época, jagunços que se firmaram na região para dominar a nossa terra tão querida e promissora do Sudoeste do Paraná.

### **O Sr. Antonio Anibelli**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Traiano, é uma satisfação apartear-lo. Agradeço pela oportunidade.

Nós votaremos hoje o voto de pesar de autoria deste deputado, e que peço a V. Exa. que também se asso-

cie nesta homenagem que fazemos ao Dr. Walter Alberto Pécoits, homem-referência de dignidade do Sudoeste do Paraná. Posso dizer-lhe porque conheci Walter Alberto Pécoits desde menino, quando ele, em companhia de meu velho pai, também falecido, faziam campanhas para o PTB de Getúlio Vargas.

Nos processos da reforma agrária, das invasões em que se matavam crianças, mulheres, agricultores, ele foi um dos líderes, ao lado do meu pai, da revolta agrária do Sudoeste do Paraná.

E V. Exa. que é referência do Sudoeste, que também foi genro de Antonio de Paiva Cantelmo, que foi Prefeito do PTB do Getúlio Vargas, do meu pai e de V. Exa. também. Nós que vimos aquele Sudoeste, onde eu nasci e tenho a felicidade de representar parcela daquela gente nesta Casa ao seu lado, nós que tivemos o privilégio de conhecer o Dr. Walter, conhecer D. Manoela, a sensibilidade daquela gente que tanto fez pela nossa Francisco Beltrão, pelo Sudoeste, e que foi representado como Deputado nesta Casa antes de nós e depois foi vítima do arbítrio, da revolução, quando foi cegado um olho seu dentro das prisões que me referia há uma semana atrás, daquela tribuna, quando homenageava Leonel Brizola. Tenho certeza que o gaúcho Walter Pécoits que foi seguidor de João Goulart, que foi seguidor de Leonel Brizola, que foi seguidor do PTB de Getúlio Vargas, este Paraná pede mais uma referência de dignidade, como perdeu Brizola nestes dias.

O Brasil está mais triste, o Paraná e o Sudoeste estão de luto pela perda de um grande homem, de muita dignidade.

Parabéns a V. Exa. pelo discurso que faz e muito obrigado pelo aparte.

### **O SR. ADEMAR TRAIANO**

Agradeço a V. Exa., Deputado Anibelli. Sei que as suas palavras realmente são de sentimento, de amor, de respeito à família Pécoits, até porque ainda jovem lembro-me perfeitamente das trajetórias, das caminhadas políticas do seu pai ao lado de Pécoits e de tantos homens ilustres do Sudoeste do Paraná.

Eu que nasci em Francisco Beltrão, acompanhei a vida política de Pécoits, a trajetória de tantos homens ilustres como o seu pai, sinto-me orgulhoso em poder, nesta tarde, fazer esta homenagem a esse brilhante homem público, de quem também muito aprendi ao longo da minha caminhada política, amigo fiel, escudeiro de Euclides Scalco, do meu saudoso e querido sogro, Antonio de Paiva Cantelmo, que foi Prefeito de Francisco Beltrão, uma das figuras mais humanas e sérias que o Sudoeste do Paraná aprendeu a conhecer e a respeitar.

Por isso, estamos perdendo algumas referências políticas no Brasil, no Paraná e na região, mas que estas referências políticas possam servir de exemplo para que nós, que estamos os dias de hoje, possamos continuar a escrever essa história bonita, brilhante, através dos nossos atos e das nossas ações.

Deputado Anibelli, quero, nesta tarde, dizer que também estamos encaminhando o voto de pesar assinado pelo Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão e a V. Exa., também, encaminha da mesma forma, para nos somarmos nesta homenagem justa de um homem que realmente tem um passado limpo, maravilhoso, digno, cheio de glória e que jamais na vida nós vamos esquecer.

Concedo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Traiano, eu agradeço a concessão do aparte, porque entendo que V. Exa., como o Deputado Anibelli e outros Deputados do Sudoeste, que conviveram mais de perto com o Walter Alberto Pécoits, vocês podem falar com mais propriedade. Eu o conheci de longe, conheci a sua história, sua bibliografia e me lembrei de um ato, em 1994, quando estivemos em Francisco Beltrão e ele nos recebeu na Campanha das Diretas. Muito se falava naquele momento, naqueles dias, a importância que ele tinha para a história do Sudoeste.

Quero, então, neste momento associar-me, mesmo sendo em Curitiba, a V. Exa. e aos Deputados do Sudoeste nesse voto de pesar, e que mais um cidadão que, certamente, ficará na história do Paraná, pela sua dignidade, pelo seu amor à causa pública, pelo valor que representou enquanto esteve na política e fora dela, como cidadão.

Meu voto de profundo pesar à família, mas que se conforte em Deus, porque ele fez muito aqui, em sua vida pelo Paraná.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Francisco Bühner)**

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

#### **A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero registrar aqui que acompanha a nossa sessão, o Vereador do PT de Francisco Beltrão Luís Glacik, Prefeito do Município de Ampére, Roberto Detoni, acompanhado do Presidente licenciado da CRESOL, Enio Biankini.

Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Traiano.

Não pedi aparte devido ao tempo e porque já havia me inscrito para, nesta tribuna também, deixar aqui registrado o nosso sentimento pela morte do grande líder, do Deputado, do político, do médico muito conhecido e muito amado no Município de Francisco Beltrão na Região Sudoeste, uma referência no Estado.

E aqui, Deputado Traiano, V. Exa. colocou bem todo o histórico do Dr. Walter. Até sugiro encaminharmos em conjunto o voto de pesar, porque também já deixei na Mesa um requerimento igual. Poderíamos encaminhar, em nome da Casa, para a família.

Francisco Beltrão com certeza perde muito com essa grande liderança, que, mesmo com seus 80 anos, ainda trabalhava, ainda se dedicava. Dos 80 aos 83 anos,

trabalhou na 8ª Regional de Saúde, se dedicando realmente à sua profissão, e nunca deixando de lado a questão política. E dá para se dizer que realmente um grande marco na sua vida foi o início do processo de uma reforma agrária, aqui, no nosso Estado, quando em 1986 ele era Secretário de Reforma Agrária. Também pela sua participação toda, na revolta de 1957, onde esteve a todo momento ao lado dos agricultores, ao lado dos trabalhadores rurais que muito lutaram e conseguiram vencer a grande batalha e continuar vivendo nas suas propriedades, apesar que muito sangue correu nesta época. Lamentamos isso, mas o Dr. Walter foi a grande liderança e sempre bem lembrado pelos colonos de Francisco Beltrão, pela sua bravura, pela sua defesa para que as terras ficassem com os agricultores, com os trabalhadores rurais.

Lamentamos muito essa perda. Não poderíamos deixar de registrar e dizer que o Dr. Walter sempre esteve do lado dos trabalhadores, sempre esteve lutando pelo melhor para os trabalhadores, e só se entregou agora com a doença, aos 86 anos de idade.

Quero também deixar registrado que no dia de hoje está acontecendo o lançamento do Plano Safra 2004/2005. É importante citar aqui, porque o Governo Lula tem dado uma importância muito grande para a agricultura familiar.

Gostaria de falar sobre a questão do PRONAF. Se fizermos um quadro comparativo, veremos que no ano de 2001 foi destinado para o PRONAF 2.1 bilhões de reais; 2002 foram 2.7 bilhões de reais; 2003, foram 3.8 bilhões de reais; 2004, 5.4 bilhões de reais e hoje no lançamento da safra 2004/2005, foi colocado então 7 bilhões de reais, que vai ser o investimento do PRONAF.

Isso significa a preocupação do Governo Lula, com a nossa agricultura familiar. Estamos felizes, porque é desta forma que vamos incentivando os nossos agricultores a permanecerem na roça. Não adianta apenas fazer discurso para que ele não saia de lá, porque precisamos conter o êxodo rural. E o Lula abraçou essa causa, tem defendido a agricultura familiar. É só olharmos, desde que ele assumiu o seu Governo, o montante de recursos que vem destinando para a nossa agricultura familiar. Acredito que essas medidas, sim, vão conter e já estão contendo o êxodo rural, vão reanimando a auto-estima dos nossos pequenos agricultores, não só com o PRONAF, mas também com o programa de habitação rural, jamais colocado em prática para outros Governos.

E também, dizer aqui que no início de junho, o Lula reajustou a tabela do SUS. Desde 1994 não se mexia na tabela do SUS. No ano passado ele deu um pequeno ajuste e nesse ano, no dia 8 de junho, o Presidente Lula reajustou a tabela, tanto para o tratamento ambulatorial, como o hospitalar. Tal reajuste varia de 5% a 136%.

Sabemos do descaso do outro Governo, que desde 94 não mexia na tabela do SUS. Isso é um descaso à saúde e ao povo que mais precisa do atendimento do SUS, que ficava de lado, porque muitas vezes os médicos

não tinham como atender de uma maneira melhor; medicamentos, muito menos!

Temos a esperança, Deputada Elza, que logo teremos um reajuste maior e melhor, porque a Saúde precisa. O povo brasileiro merece um atendimento melhor e que o governo invista mais na Saúde. Mas, pelo menos, estamos sentindo que o Lula está preocupado com isso. Esse reajuste, que varia de 5% a 136%, demonstra realmente a sua preocupação. Temos certeza que até o final do seu Governo estaremos vendo muitas outras tantas mudanças, que o povo brasileiro precisa e merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

#### O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Secretário de Esportes, de São José dos Pinhais, Demarildo Rosa, junto com a sua equipe, e a rainha da Festa do Pinhão, de São José dos Pinhais, Cristiane Campo, que estão fazendo o convite a todos os Deputados, à imprensa e amigos, para a VIII Festa do Pinhão do Município de São José dos Pinhais, dos dias 8 a 11 de julho, no Centro, no Ginásio Ney Braga.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiras e companheiros.

Apenas e rapidamente me somo aos companheiros que se manifestaram, em relação à perda irreparável do Dr. Walter Pécoits, homem nobre, digno, ético, que sempre esteve em nosso País, ao lado das causas justas e importantes para a população brasileira. Realmente é uma perda muito grande. Gostaríamos de deixar aqui nos Anais da Casa.

Informar aos companheiros, que falo agora, não mais como pré-candidata, mas como candidata à Prefeitura de Londrina. Fizemos, no sábado, uma belíssima convenção, festiva, e quero agradecer muito a presença dos meus companheiros Dobrandino, Presidente do Partido do Estado; Anibelli, José Maria, Jocelito Canto, surpreendendo-nos com a sua presença na nossa convenção, levando apoio e um abraço, com o colega da Assembléia. E também companheiros dos vários Partidos, que mandaram manifestações de solidariedade e apoio, em uma demonstração democrática de respeito à nossa candidatura. Muitos companheiros do Partido estiveram envolvidos com as conferências, como Nereu Moura, Bradock, que tinham-nos antecipado que não estariam presentes, em função das convenções que estavam acontecendo. Quero agradecer a manifestação de carinho desses companheiros. Lá passaram vários partidos, como o PPS, que tínhamos esperança que fizesse coligação conosco, mas optaram pelo Deputado Barbosa Neto e

estarão juntos nesta jornada, empreitada, que vamos assumir. Passaram por lá companheiros do PT, PC do B, PV e PMN e outros tantos, como visitantes, apoiando, mesmo não estando conosco na coligação, dizendo que estariam entendendo como importante a nossa participação, como candidata a Prefeita na Cidade de Londrina. Participaram também desta convenção o Governador, o Vice-Governador e vários Secretários do Estado, em uma demonstração de apoio à nossa candidatura.

Estivemos na convenção, em Ibiporã, onde a Eliane Ferreira, nossa companheira importante, esposa do Deputado José Maria, nosso colega, também estará participando das eleições como candidata a Prefeita. E temos certeza absoluta, um grande nome para Ibiporã, uma cidade vizinha, co-irmã, a Eliane terá um grande sucesso lá em Ibiporã.

Tenho certeza absoluta de que teremos uma eleição boa, forte, firme. Estamos saindo com muito entusiasmo, com o Partido unido, fortalecido. A convenção foi bem uma demonstração disso. E tenho certeza de que haveremos de ganhar as eleições em Londrina, pioneira, porque pela primeira vez na história de Londrina, de 70 anos, uma mulher participa como candidata titular à Prefeitura. Já era hora! Acho que as mulheres, no Brasil, estão cada vez mais assumindo posições importantes. E esta eleição vai apresentar, sem dúvida nenhuma, a participação das mulheres neste pleito.

#### O Sr. Dobrandino da Silva

Muito obrigado.

Quero parabenizá-la e ao nosso Partido em Londrina, pela belíssima convenção que lá transcorreu, uma convenção democrática, um clima de muita expectativa, de festa. Vimos lá a energia dos nossos militantes.

Eu saí de Londrina convicto de que lá faremos uma grande campanha, e com certeza, um bom resultado.

Quero parabenizá-la, desejar-lhe sorte nessa caminhada e parabenizar sua coragem, como pessoa de fibra. É disto que o Brasil precisa: de pessoas como V. Exa.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Peço a condescendência do Presidente para um aparte a V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade, o Pequeno Expediente não pode ter aparte, mas é para cumprimentar nossa nobre Deputada pela sua candidatura em Londrina, nós estamos abrindo uma exceção.

#### O Sr. Antonio Anibelli

Já estamos entrando no Horário da Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

Por isso, Deputada Elza, peço aparte a V. Exa. para dizer a esta Casa, ao nosso Presidente, da festa da democracia que se realizou, no sábado pela manhã, na cidade de Londrina.

A presença do Governador Roberto Requião, publicamente, com sua presença, com o “Pessutão” nosso Vice-Governador, Secretários de Estado, o nosso Presidente do PMDB, a festa da democracia em homologar sua candidatura.

Só a presença do Governador Roberto Requião, dizendo do seu apoio, do nosso Partido à sua eleição em Londrina, a mulher sendo a candidata, porque lá em Londrina, me desculpem os Deputados Barbosa Neto, Haully, Belinati, Nédson, enfim, os candidatos, abriram o espaço para que a mulher paranaense e a mulher brasileira possam dizer numa cidade, a maior cidade, depois da Capital, aonde o PMDB não tem candidato, em Londrina, que a mulher estará presente. A mulher, que representa numa cidade que é referência nacional, a cidade de Londrina, da sua gente, que deu exemplo de progresso e desenvolvimento a este Brasil.

Tenha certeza, Deputada Elza, fiquei muito feliz em estar presente, fazendo um pronunciamento a seu favor, dizendo da felicidade que a nossa Bancada, de doze Deputados, e o nosso PMDB paranaense, teve na escolha de V. Exa. que representa a mulher brasileira, a dignidade da mulher, a seriedade, o trabalho, a palavra empenhada, porque a mulher é muito superior ao homem nos compromissos, porque diz de coração. A mulher, que dá o leite para nossa sobrevivência, que dá o seu corpo, a sua saúde, o seu amor para gerar uma criança, gerar o ser humano, não poderia ser melhor o nosso Partido, em escolher, na pessoa de V. Exa., uma guerreira, uma batalhadora, como é V. Exa.

Parabéns! E antecipo, se Deus quiser, a vitória da dignidade, da honradez da mulher do PMDB de Londrina!

#### A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigada pelas palavras elogiosas.

Vamos trabalhar em direção em que o PMDB sinta-se orgulhoso. Nas cidades onde temos candidaturas próprias, como Foz do Iguaçu, Ibiporã e tantas outras; Cambé, a gente tem uma campanha vitoriosa.

#### O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de cumprimentar a Deputada Elza Correia, que no último sábado foi lançada à condição de candidata à Prefeitura da cidade de Londrina. Agradeço o convite, infelizmente não pude estar presente, porque estava participando da convenção municipal do PDT aqui nesta Capital, mas, quero dizer, na qualidade de adversário da nobre Deputada nessas eleições para a Prefeitura de Londrina, que apesar de já estar nessa condição e de já termos tido alguns revéses no passado, aprendendo a conviver com V. Exa. nutri o maior respeito e profunda admiração, até.

Parabenizo a democracia londrinense, porque é a primeira vez que uma mulher ganha a condição de disputar o cargo mais importante da cidade.

Louvo a Deus que tenhamos uma candidatura de alto nível e que pode ter certeza, que da parte deste Deputado, travaremos o bom combate no campo ideológico, e acima de tudo, debatendo as idéias e alternativas para a cidade de Londrina.

Se estiver nas mãos de V. Exa., tenho certeza que estará na boa condução do caminho correto da austeridade, e acima de tudo, o respeito ao cidadão.

Parabéns, V. Exa. merece, por toda a sua luta, a sua trajetória política que é brilhante.

Parabéns!

#### A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigada Deputado, acho que isto é realmente a demonstração de solidariedade, democracia; podemos divergir no campo das idéias; evidentemente se estamos em partidos diferentes é porque temos concepções diferentes em relação a várias questões. Mas isso não impede que tenhamos uma convivência saudável. Dizer que quero cumprimentar a todos os candidatos que aqui se posicionam para participar desse pleito, que tenhamos sucesso, cada um de nós, e que vença aquele em que a população depositar a sua confiança e que fizeram a sua opção.

Era isso. Muito obrigada!

#### O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Quero apenas registrar aqui a presença em nossa Casa de Leis, do meu Prefeito Municipal Cidi Spada, do Partido dos Trabalhadores, que está nos visitando e que também é candidato à reeleição.

Muito bem-vindo entre nós.

#### O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Corbélia, Sr. Clóvis Mombarda.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos a palavra ao Sr. Deputado Durval Amaral, no Grande Expediente.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos acompanhando uma mensagem do Governo que tramita na Assembléia Legislativa do Paraná desde os primeiros dias do mês de fevereiro, que propõe um aumento do capital social da SANEPAR.

Parece-me que agora, no afogadilho, ao final desse período legislativo, porém antes do recesso, é intenção de se votar esse aumento de capital da SANEPAR na ordem de 400 milhões. Causa muita preocupação e nos é por demais estranho, haja vista que conforme vou aqui descrever, trata-se pura e simplesmente de uma jogada contábil do Governo do Estado, não trazendo nenhum tipo de benefício à SANEPAR, nenhum tipo de benefício ao povo do Paraná e só trazendo prejuízos futuros ao Governo e ao povo do Paraná.



Agora mesmo estamos vendo uma sentença judicial à época que o atual Governador Roberto Requião, no seu mandato anterior, o Estado, não cumprindo uma decisão judicial daquela época com relação aos funcionários do Tribunal de Justiça, agora é obrigado a pagar, a indenizar algo em torno de 400 milhões de reais, mais um precatório enorme que vai ao longo de muitos outros se somando e inviabilizando a administração financeira do Estado. O que nós estamos vendo no Paraná são sentenças judiciais por descumprimento de reintegração de posse, sentenças judiciais que todos os dias são determinadas no Tribunal de Justiça, e que vão acumulando o passivo do Estado do Paraná.

O que presenciamos neste mandato são rompimentos unilaterais de contrato, que fazem com que a parte que se julga prejudicada ingresse em juízo, entre com ação de indenização contra o Governo do Estado, e por culpa ou dolo dos nossos governantes, o Estado acaba sendo obrigado a indenizar; e o passivo vai se avolumando. Efetivamente nós temos um projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa, de minha autoria, que obriga a ação regressiva do Procurador-Geral do Estado contra atos lesivos praticados pelo Governador, por dolo ou por culpa, que inclusive o Governo, sem nenhuma justificativa de ordem legal, ou constitucional, vetou o nosso projeto de lei. Porque o Governo, se é irresponsável ao tentar aniquilar a iniciativa privada de suas parcerias com o Poder Público, quando é irresponsável quando rescinde unilateralmente o contrato entre o Poder Público e iniciativa privada, se é irresponsável quando pretende encampar o pedágio no Paraná, ou por inúmeras atitudes que toma, administrativamente, ele não é irresponsável ao sancionar um projeto de lei que obrigará o patrimônio pessoal do Governador a responder pelos atos lesivos causados ao Estado do Paraná.

Então, essa irresponsabilidade com o dinheiro público, não se transporta ao patrimônio pessoal do nosso Governador, ou de nossos Secretários de Estado.

Por isso, vou fazer o alerta neste Grande Expediente. Nós falávamos quando da encampação do pedágio no Paraná, que seria totalmente impraticável a indenização, que a indenização prévia não seria factível aos cofres públicos. Denunciamos isso, e no mesmo período, no ano passado, às vésperas do recesso parlamentar, a maioria, porque isso é próprio da democracia, fez questão de votar a encampação, para um ano depois do próprio Governo lançar mão dos argumentos denunciados pela Oposição, que dizia que a encampação era impraticável porque deveria ter o amplo direito de defesa, o estabelecimento do contraditório, o processo administrativo antecedido de uma sindicância, o próprio Governo, mesmo após ganhar no Tribunal Regional Federal, descarta a possibilidade da encampação pela impossibilidade legal, financeira e jurídica da encampação. E nós denunciávamos.

Hoje, estamos vendo o Governo que vai partir para o aumento de capital, pasmem os senhores, a título de estatização de uma empresa que sempre lhe pertenceu,

sempre foi sua, e efetivamente, só com o pretexto, pressuposto falso de diminuir ou de tentar excluir a participação acionária do outro grupo chamado Dominó, se não me falha a memória, causa um prejuízo ao erário público de mais de 400 milhões de reais!

Por isso, nós não podemos aqui, Deputado Valdir Rossoni, Srs. Deputados da Base do Governo, respaldar a irresponsabilidade administrativa, respaldar um prejuízo certo que será causado aos cofres públicos do Estado do Paraná por total incompetência deste Governo, incompetência aliás, que enquanto a iniciativa privada - deputado Nelson Justus, o senhor que já presidiu aquela companhia - vai e retira os seus dividendos, pasmem os Srs. Deputados, nós ouvimos aqui o Governo do Estado dizendo que não poderia pagar os professores, tendo em vista a LRF e o montante que seria impraticável pelas finanças públicas do Estado do Paraná!

Deputado Nelson Justus, o Governo do Estado não retirou os dividendos da SANEPAR do ano de 2003. E também não os retirou do ano de 2004. Sabem de quantos milhões estamos falando? De 88 milhões de reais que pertencem aos cofres públicos do Estado do Paraná e que estão lá, esquecidos, na SANEPAR!

E esse mesmo Governo tem a coragem de negar o reajuste retroativo aos professores do Estado com esses 88 milhões de reais parados na SANEPAR! Dinheiro que a iniciativa privada já retirou, porque são seus dividendos! E o Governo do Estado, por esquecimento ou por incompetência, as duas da mesma gravidade, demonstra fragilidade na administração da coisa pública!

Quantas casas populares poderiam ser construídas com esse dinheiro parado na SANEPAR? Quantos milhares de litros de leite poderiam ser distribuídos para a população mais pobre do Paraná? Mas não, o Governo age com extrema irresponsabilidade!

O discurso da televisão é que o Governo estatizou a SANEPAR. Pergunto às Sras. e Srs. Deputados: quando foi que o Governo deixou de ter o controle acionário da SANEPAR? Qual foi a medida prática deste Governo para que estatizasse uma companhia que sempre lhe pertenceu? Mas o Governo vai à televisão e faz um discurso mentiroso! Uma propaganda enganosa de que agora a tarifa social é de R\$ 1,25 por pessoa, porque agora a SANEPAR é do povo do Paraná, a SANEPAR está estatizada.

Quando foi que o Governo do Estado deteve menos de 50% do controle acionário da SANEPAR? Lanço o desafio aos Deputados da Base do Governo.

Antes, concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

### **O Sr. Neivo Beraldin**

Ouvindo V. Exa. estou lembrando que, quando foram adquiridos esses 34% pelo Grupo Dominó Holding, a SANEPAR tinha, de capital social, em torno de 700 e poucos milhões de reais. Foi vendida essa parcela a

menos do seu valor patrimonial. Sem contar créditos, clientela, história.

Depois, no ano de 2000, a SANEPAR apresentou um lucro de 151 milhões de reais. Nesse mesmo período o Governo do Estado repassou à SANEPAR em torno de 180 milhões de reais, que não voltou ao Tesouro do Estado.

Temos na SANEPAR questões bastante problemáticas; precisamos auditá-la melhor. A última vez que presidi uma CEI que investigou a SANEPAR, constatei que há irregularidade maior do que relata V. Exa. Vendeu-se 34% e mudou-se o estatuto da Sanepar e passou-se ao mando para o grupo minoritário que era o Grupo Dominó Holding. Esta é uma questão que talvez V. Exa. esteja esquecendo. Houve um encontro na Bolsa e Valores do Paraná. No mesmo dia, a COPEL, a empresa Andrade Gutierrez, o Banco Opportunity e, me parece, uma outra empresa qualquer, compraram por duzentos e quarenta e nove milhões de reais. Aí mudaram o estatuto da empresa passando o mando para o grupo minoritário. Pouco investiu-se no social. A SANEPAR utilizou-se do sistema de mando privado para ter lucro e não para aplicar naquilo que é fundamental.

Então, eu quero dizer-lhe que vou reunir mais uma vez a nossa equipe técnica para fazer uma avaliação desse processo da SANEPAR, porque há poucos dias, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização, requisitei alguns documentos e já verificando algumas Atas nessa mesma administração, já houve acordo extrajudicial, já houve uma série de ouros entendimento. A SANEPAR é um problema que a Assembléia Legislativa tem que prestar bastante atenção.

Muito obrigado e cumprimento a V. Exa.!

#### O SR. DURVAL AMARAL

Eu agradeço o aparte do Deputado Neivo Beraldin.

A parceria estratégica, tão estimulada no Governo Fernando Henrique Cardoso, através do BNDS, que possibilitava a participação da iniciativa privada em empresas estatais com um acordo de acionistas em que alguns diretores tinham assento à frente da administração da SANEPAR foi, efetivamente, rompido pelo Governador Roberto Requião que, hoje, detém quase que a totalidade da direção da empresa.

A iniciativa privada continua participando da direção da empresa, sem, entretanto, ter um poder de decisão gerencial sobre a sua administração, mas a participação acionária continua exatamente como estava anteriormente, haja vista que o Governo do Estado já tem e já possui o controle acionário da SANEPAR e, com toda certeza, o objetivo do Governo do Estado com esse aumento de capital é de apenas diminuir ou diluir a participação dos acionistas minoritários.

Alguém poderia me perguntar: mas por que o Governador do Estado tem um crédito de trezentos e noventa e sete milhões de reais junto à SANEPAR?

Por que são esses trezentos e noventa e sete milhões de reais que o Governo, agora, numa manobra contábil, quer transformar em aumento de capital! Esse empréstimo que o Governo Jaime Lerner fez para a SANEPAR foi, justamente, a contrapartida para o PARANASAN, para que a SANEPAR pudesse tomar empréstimos junto ao “Gein Bank” buscando, efetivamente, viabilizar o PARANASAN.

Esse aumento de capital pretendido pelo Governo do Estado do Paraná não vai injetar, nobre Presidente, um único centavo sequer de dinheiro novo na SANEPAR! Isso significa que ela não terá dinheiro para investir por conta desse aumento de capital, não fará nenhum investimento novo! O que o Governo quer é somente criar barulho para os acionistas minoritários. É uma operação maquiavélica do Governo do Estado, que não leva em conta os interesses do povo do Estado do Paraná!

Se essa operação for adiante, as ações da SANEPAR negociadas na Bolsa de Valores em São Paulo, certamente vão sofrer um impacto negativo e a imagem da nossa SANEPAR será afetada. A população do Estado também vai perder, na medida em que a SANEPAR não terá recursos novos para fazer frente a novos investimentos e até o Governo do Paraná, acionista majoritário na SANEPAR, vai perder com essa operação, isso, porque por lei os acionistas minoritários (determina a Lei da Sociedade Anônima) podem exercer o seu direito de adquirir parte das ações correspondentes ao aumento de capital.

Vejam só aonde vai a maldade, quando ela é feita com recursos públicos. O Governo do Estado do Paraná partia do pressuposto de que o Grupo Dominó, diante do aumento do capital de quatrocentos milhões, não iria participar desse aumento de capital. E efetivamente, se o Grupo Dominó não participasse, a sua participação acionária seria diminuída. Não somente deles, mas dos minoritários também.

Lendo recentemente, há duas semanas, na Gazeta Mercantil, o Grupo Dominó manifestou o seu interesse de acompanhar o aumento de capital. E os minoritários, consultados também, manifestaram o interesse de acompanhar o aumento de capital.

Então, Deputado Bradock, o senhor, que é um estudioso, que sabe que o direito é feito para proteger os cidadãos, é feito para proteger as sociedades constituídas, com esse aumento de capital proposto pelo Governador, só sobre as ações ordinárias, aqueles que detêm ações preferenciais poderão exercer o seu direito previsto na Lei das Sociedades Anônimas. E o Governo do Estado do Paraná, que hoje detém uma participação, por lei inclusive, de 60% do capital votante, vai ter a sua participação do capital vontade diminuída!

Olha que coisa de louco, que coisa totalmente fora de propósito! O Governo deixa de receber quatrocentos milhões de reais e os sócios minoritários aumentam a sua participação acionária. Ele diminui a sua participação

acionária, e deixa de receber a sua dívida de quatrocentos milhões de reais!

Então, vejam só. A participação que hoje, do capital votante, é de 60%, se o Governo levar adiante essa sua insanidade, porque isso é insanidade jurídica e pessoal, vai ser diminuída para 56,9%.

Pouca diferença existe você ter 70% de um negócio, ou 60%, ou 50,1%, porque você tem o controle acionário.

Olhem que coisa mais, - desculpe a expressão - imbecil que esse Governo está fazendo. Está deixando de receber quatrocentos milhões de reais, está assumindo a dívida da iniciativa privada, desobrigando-a a pagar a sua parte na dívida e diminuindo a sua participação no negócio! Só para ter o discurso de que estatizou a companhia que já lhe pertence?

Não é admissível, não é, no mínimo, de bom-sendo esta irresponsabilidade do Governo do Estado.!

Vejam só: os acionistas minoritários, incluindo aí o Grupo Dominó, passariam de 40% que hoje detêm, para 43,10% do negócio. O Estado continuaria com o controle da SANEPAR, mas perderia a participação relativa no negócio. Esse risco existe, porque o Governo está querendo transformar um empréstimo em ações ordinárias com direito a voto, só que, na hora de lançar as ações, elas precisam também ser - e o Governo diz se esqueceu - oferecidas aos acionistas minoritários, segundo a participação relativa de cada um no capital total da empresa que inclui aí as ações preferenciais!

O Governo, no capital total, hoje detêm 52,5% das ações, enquanto os acionistas minoritários possuem 47,50%. Mas, vamos imaginar também ao contrário, que os minoritários não adquirissem a sua parte e o Governo ficasse sozinho na subscrição dos 203 milhões de ações ordinárias, ao preço já fixado de 1,95. O Governo, como se fosse algo só da sua exclusiva competência chutou: quanto será que vale a SANEPAR?

Dividiram lá e chegaram a um preço das ações de R\$1,95. Isso quer dizer que na conta do Governo do Estado a SANEPAR estaria valendo, hoje, em torno de setecentos milhões de reais. E isso, quando todos nós sabemos que só o capital social da SANEPAR passa da casa de um bilhão e seiscentos milhões de reais!

Olha a gravidade da denúncia que estou fazendo aqui! O Governo chutou um número de R\$1,95! Estimando o total pelo número de ações, nós estaríamos falando de uma empresa valendo em torno de setecentos milhões de reais. Estaríamos dando a empresa de presente à iniciativa privada, quando só o capital social dessa empresa passa da casa de um bilhão e quinhentos milhões de reais!

Pura irresponsabilidade! Insanidade intelectual e mental dessas pessoas que estão propondo esse “negócio da China” ou “das Arábias” para a iniciativa privada, o que para mim ainda não está muito claro. Ou estão movidos só pela vontade dilacerada de acabar com o patrimônio público ou até de justificar um discurso que não

se sustenta na televisão, dizendo que agora a SANEPAR é uma empresa pública e não mais privada, sendo que ela nunca e jamais deixou de ser uma empresa pública!

Nesse caso, só se os minoritários não participassem do aumento de capital, aí sim, o Governo do Estado deixaria de ter 60% do capital votante e passaria a ter 76,5%. Vejam, Srs. Deputados, induziram o Governador Roberto Requião a erro, porque acredito na seriedade e honestidade do Requião! Disseram o seguinte: olha, vamos aumentar o capital social e vamos aproveitar e fazer uma jogada contábil nesses quatrocentos milhões que eles devem para o Governo do Estado e vamos transformar esses quatrocentos milhões em ações ordinárias, e os terceiros ou minoritários não terão interesse pela sua política de participar desse aumento de capital e nós elevaremos a SANEPAR de 60% que hoje detêm o Governo do Estado para 76,5%. Mas, esqueceram de dizer ao Governador que a iniciativa privada poderia participar desse aumento de capital, mesmo discordando da política do Governo do Estado com relação às suas parcerias com a iniciativa privada!

Esqueceram de dizer isso para o Governo do Estado! Aí, bolaram lá um número fantasmagórico de R\$1,95, quando na Bolsa as ações se negociam a aproximadamente R\$4,50. Eles chutaram um número de R\$1,95 e fixaram, nesse projeto ridículo que será apreciado nesta Assembleia Legislativa e que espero o bom senso dos Srs. Deputados, porque não é apenas porque o Governo detém a maioria nesta Casa e que todos os Parlamentares, independente de serem de Situação ou de Oposição, todos nós temos massa crítica e podemos chegar com um raciocínio muito rápido e apenas razoável à irracionalidade dessa proposta do Governo! Irracionalidade e irresponsabilidade, porque até as contas eles fazem errado! E é como o Deputado Valdir Rossoni já disse aqui, eles erraram quando estimaram que a despesa com os professores seria de treze milhões, depois chegaram a vinte e três milhões, para no fim chegarem a trinta e três milhões de reais e o que me parece que até deu mais do que isso. Erraram, quando pensaram que a encampação resolveria o processo do pedágio no Paraná. Erram a todo momento e a todo instante, só que eu acredito na competência e na inteligência do Governador Roberto Requião. Lamento, porque, infelizmente, ele não tem um secretariado à altura para acompanhar a sua linha de raciocínio, induzem-no a erros. Só que esses erros trazem prejuízos para o Estado do Paraná. São milhões e milhões de reais que todas as semanas o Tribunal de Justiça condena o Estado do Paraná a indenizações. E nós não podemos ficar aqui na Assembleia Legislativa indiferentes a essa incompetência administrativa que tomou conta do Estado.

Olha, é ridículo a Assembleia Legislativa ter que apreciar algumas mensagens totalmente descabidas, desconectadas, muito mal elaboradas e muito mal conjecturadas. Mas, pior do que isso, é o dano que este Governo

está causando ao Estado do Paraná e às próximas gerações.

Por isso, faço um apelo aos Deputados da Base do Governo e faço um apelo ao Líder do Governo, eu concordo, sim, nobre Presidente, em votar o aumento do capital social da SANEPAR, a Oposição concorda, os Deputados independentes também concordam, sei que os da Base também hão de concordar. Mas, espere lá! Será que o que o Deputado Durval Amaral está falando aqui é tudo bobeira? Será que essa fixação da ação a R\$ 1,95 é invenção do Deputado Durval Amaral? Será que R\$ 1,95, multiplicado pelo número de ações, a nossa empresa valeria só, Deputado Neivo Beraldin, cerca de setecentos milhões de reais? Será que essa dívida de quatrocentos milhões de reais que a SANEPAR tem com o Poder Público é invenção do Deputado Durval Amaral?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais três minutos.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Muito obrigado!

Se todos esses nossos argumentos, nós trouxermos aqui o Dr. Stênio, para que ele desmistifique isso, fale que o Deputado Durval Amaral está errado. Se o nosso Procurador Geral do Estado do Paraná, Dr. Sérgio Botto, vier aqui na Assembléia e falar: não, nós podemos fazer o aumento de capital só com as ações ordinárias como está proposto na Mensagem, Deputado Neivo Beraldin, e os minoritários não vão ter como adquirir as ações e automaticamente a Lei de Sociedade Anônima, que regula a matéria, não diz que os minoritários, sendo só ações ordinárias, não precisam, não podem exercer o direito de compra, o direito de preferência.

Se isso vier a público, se o Procurador Geral vier aqui e disser isso e sob a responsabilidade do seu cargo juramentado disser que não haverá prejuízo ao Estado do Paraná, se o Presidente da SANEPAR vier aqui e falar: não, o Deputado Durval Amaral está mentindo ao dizer que nós fixamos em R\$1,95, e as ações na Bolsa não estão nessa faixa de quatro reais, ou, não é esse o valor, tudo bem, nós votamos.

Agora, não podemos, Deputado Hermas Brandão, porque estamos em ano eleitoral, na antevéspera do recesso, só para que o Governo justifique o seu discurso na televisão dizendo que a SANEPAR passará a ser estatal, condição que ela nunca deixou de ter porque sempre foi majoritária, se todos os argumentos que estamos levantando estiverem equivocados ou não forem verdadeiros, se o Governo do Estado, se os minoritários exercerem a sua preferência, o Governo do Estado não diminuir a sua participação para 56%, eu me curvo, defendo o Governo do Estado e vou sugerir à Base de Apoio para que acompanhe!

Mas, estou aqui fazendo uma denúncia da maior gravidade: todos os argumentos que o Governo usa nessa mensagem são falsos; todos os pressupostos não se suste-

ntam juridicamente; todos são lesivos ao erário público do Paraná; todos trarão prejuízo à sociedade paranaense. Então, não há porque votar sem discutir, sem trazermos aqui na Assembléia o Stênio, o Procurador Geral, Sérgio Botto, e o Presidente do Conselho de Administração do Estado do Paraná, que aliás, se não me engana a memória, é o Dr. Arzua.

Se ele vier aqui e disser à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que este é um bom negócio para o Paraná, se disser que o Paraná não retirou os seus dividendos da ordem de 88 milhões de reais que estão lá adormecidos na SANEPAR, porque não está precisando de dinheiro, eu sou o primeiro a votar, a votar e apoiar, incondicionalmente, o governo.

Então, nobre Deputado Stica, antes da pressa, para que amanhã ou depois o Governo não tenha que fazer, vamos mandar uma nova lei. Olha, gente, eu não trouxe aqui, se esta matéria for discutida, eu vou trazer aqui os argumentos usados numa ação popular pelo Dr. Sérgio Botto, que ele usou para contestar a ação popular; se eu lesse aqui nenhum dos Srs. Deputados da Base do Governo teria coragem de votar a favor dessas mensagens, porque ele destrói - defendendo o Governo na ação popular - todos os argumentos do aumento do capital, porque fala que o ato não se concretizou ainda e por isso não é lesivo - ele vai destruindo, porque alguém já propôs uma ação popular contra este projeto de lei e, efetivamente, o Dr. Sérgio Botto, na sua argumentação diz que o aumento de capital, se aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aí, sim, poderia se constituir um ato lesivo ao Estado, porque aí, sim, poderia trazer prejuízo ao Estado do Paraná!

Então, vamos ter calma, cautela, Deputado Valdir Rossoni. Eu até ousar dizer - vamos trazer aqui o Dr. Heron Arzua - para mim basta a palavra dele. Se ele disser que é um bom negócio para o Paraná, nós votamos.

Vamos trazer o Stênio. Se ele contestar ou se provar científica e matematicamente, que 1,95 é o que valem as ações da SANEPAR, nós votamos a favor desta matéria.

Se trouxermos aqui o Dr. Sérgio Botto e ele disser, olha a Lei da Sociedade Anônima está equivocada, nós podemos vender só as ações ordinárias, e os minoritários não vão ter como participarem do aumento de capital, nós votamos.

**O Sr. Natálio Stica**

V. Exa. me permite um aparte de meio minuto?

**(Assentimento)**

Deputado Durval Amaral, certamente darei as respostas na hora do encaminhamento.

Mas, só para tranquilizá-lo, neste momento, o fechamento do pregão, agora às 16 horas, há doze minutos passados, a cotação de R\$1,70 a ação cotada às 16 horas, fechamento R\$1,68. Portanto, até abaixo de R\$1,75 que V. Exa. não acreditava.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Isto demonstra a incompetência deste Governo, Deputado Stica! Isto não serve como justificativa, porque se o mercado de ações desvaloriza a ação da SANEPAR é justamente pela insegurança! Insegurança que traz a Gazeta Mercantil, é a falta de credibilidade no mercado no Governo que V. Exa. é o líder, entendeu? Agora, multiplique este valor irrisório das ações que estão circulando na Bolsa, em função justamente desse desajuste, dessa instabilidade. Como é que a iniciativa privada pode confiar num governo que quer a todo momento dilapidar o seu próprio patrimônio? Serve bem o seu argumento para demonstrar quão lesivo é ao Estado do Paraná, este governo.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão do Eixo Metropolitano e conforme deliberação dos membros na última reunião, quero lembrar aos senhores membros que o Presidente do IAP, que vai prestar o seu depoimento, já se encontra na Casa, e nós, assim que terminarmos a Sessão Plenária, faremos uma reunião no salão nobre. Por isso faço, mais uma vez, a reconvocação dos senhores membros da Comissão do Eixo Metropolitano.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero participar aos Srs. Parlamentares que teremos, logo após a Sessão Ordinária, mais uma Sessão Extraordinária, para cumprirmos com a pauta que temos, e encerrarmos no próximo dia 30.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Vamos respeitar a Sessão Plenária e em seguida faremos a reunião com o Presidente do IAP.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Horário das Lideranças: PL, PSL.

**(Declinam)**

PPS. Com a palavra, o Deputado Felipe Lucas.

**O SR. FELIPE LUCAS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quando se fala em morte, quando se perde uma pessoa como Walter Pécoits, todos nós, que o conhecemos como médico, ficamos consternados.

Queria registrar aqui, também, a perda de um senhor extraordinário, principalmente na região Sul, que é o Sr. Júlio Grosck, que teve a sua moradia no Município de Malet, especialmente na localidade de Rio Claro.

Ouvindo diversos Parlamentares, gostaria de parabenizar a Deputada Elza Correia, que coloca o seu nome à disposição de toda a população de Londrina. Eu me sinto feliz. É uma mulher determinada que quer fazer um bom trabalho. Ao mesmo tempo, ao Deputado Barbosa Neto. São dois Parlamentares que têm uma expressão

muito forte e que desejo que tenham um confronto ético, um confronto pelo bem de Londrina.

Curitiba tem um candidato que pertence ao Partido ao qual eu pertenço, PPS. Rubens Bueno, um candidato determinado, com conhecimento e que até às vezes, de uma certa forma pejorativa, chegou a dizer que não nasceu em Curitiba. Todos nós sabemos que os nossos candidatos podem ter vindo de outros lugares; que não importa. O lugar que nasceu, não importa. Nós não escolhemos o lugar para nascer, mas escolhemos o lugar para morar. Sabemos que outros candidatos vieram de outros lugares, alguns de São Paulo, outros do Norte do Paraná, outros de Paranaguá e assim por diante, mas o Rubens Bueno é uma pessoa extraordinária e preparada.

Quero me ater em algumas considerações com o Governo atual, de que muitos Parlamentares e outras pessoas chegam com suas convicções, com suas razões, mas, principalmente, na área da Saúde.

Quando na manhã de hoje o Governo repassa aos Municípios uma série de ambulâncias, uma série de UTI's, para melhorar os consórcios, para melhorar os Municípios, acho que cabe a qualquer um dos Parlamentares chegar aqui e não falar de outra forma. Eu vi Parlamentares chegando e dizendo que talvez se use de outra maneira. Mas, com toda a razão, isso só vem a melhorar o atendimento daquele que precisa. Quando você salva uma vida, vale mais que quantos discursos talvez sejam feitos. Por isso, essa ambulância é necessária.

Vejo o Governador uma pessoa preocupada. Preocupada com a educação, com a agricultura, quando foi assinado há poucos dias o Fundo de Aval. Ao mesmo tempo da educação, minha gente, nós falamos, por que não retroativo, mas este, quando assinou o aumento do salário dos funcionários na Educação, é uma melhoria geral. Desde aqueles que vão se aposentar, daquele que entra agora ou que já está lá.

O Governo tem trabalhado principalmente na área da Educação, na área da Saúde, e na área da Agricultura de todas as formas. Nós não podemos negar isso, nós, que trabalhamos, não só como Deputados, como seres humanos, nós estamos vendo os resultados.

Portanto, gostaria de parabenizar de toda a forma a área de Saúde, especialmente, do Sr. Governador.

Quando acabava de escutar um pronunciamento com respeito à SANEPAR, é lógico, todos os Deputados, todas as comissões deverão analisar, mas, ao mesmo tempo, quantos de nós não escutaram há poucos dias no Jornal Nacional, quando se falou do tal do consórcio Vivadick, que está muito discutido, está muito não sei o quê por aí, parece-me que o seu Presidente está preso e esse consórcio teve uma participação aqui, na questão do Paraná.

Nós devemos pensar um pouco, eu tenho certeza, que, ou esse senhor não deve estar preso, porque houve um erro da Justiça, mas deve estar preso porque ele deve ter manipulado essa questão na água, em grande parte do

mundo e principalmente na América do Norte. Já manipulou aqui no Paraná.

Era isso que eu gostaria de levar aos Parlamentares, a algumas pessoas que, às vezes, vêm comentando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Sr. Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna para esclarecer ao ilustre Líder do Governo, se é que posso merecer a sua atenção, porque na última quarta-feira não estava presente nesta Casa e fui várias vezes citado de que não tenho autoridade de fazer críticas ao Governo, em especial ao problema de saúde. Já pedi ao Líder do Governo, que, com todo respeito, primeiro estude o Regimento Interno. E, segundo, faço outro pedido: estude a Constituição Estadual. Certamente ele vai observar que este Parlamentar tem a autoridade para aqui trazer e fazer críticas construtivas a esse Governo que erra tanto. Outro dia citei um exemplo, aqui, de que não se dirige em alta velocidade olhando pelo retrovisor, porque certamente vai dar um acidente.

Mas, vou fazer uma citação bíblica, para que sirva ao Líder do Governo, porque a voz dele por nós é respeitada, mas a voz da Oposição também tem que ser respeitada. Nas Cidades de Sodoma e Gomorra, um determinado momento da sua história, elas estavam com uma grave crise moral, que não vem ao caso aqui ser citado. E foram avisados os amigos que se afastassem delas, pois ambas seriam destruídas. Que ninguém olhasse para trás porque se transformaria numa estátua de sal. Quero dizer ao Deputado Natálio Stica, que, olhando para trás, está se transformando na mulher de Ló, que olhou para trás e transformou-se numa estátua de sal.

É isso que está acontecendo com o Líder do Governo; ele não gosta de ouvir críticas, ele, na anuência do Parlamentar quer dizer que não temos autoridade para fazer críticas! E o Deputado Stica está se transformando na estátua de sal, que todos nós sabemos, em pouco tempo vai desaparecer.

Era esta a minha posição, continuarei, aqui, com a minha posição firme. Deputado Dobrandino, num determinado dia há uns 15 dias atrás, levantei um questionamento aqui sobre a questão da ELEJOR, e a única pergunta que fiz era: o Governador estava sabendo que a COPEL tinha adiantado 7 milhões para a Triunfo para a garantia de negócio? Até o presente momento não recebi resposta! Também levantei questões aqui, sobre a distribuição de recursos através da Secretaria de Comunicação. Também não recebi respostas, aí vem o ilustre Líder querendo nos cassar a palavra e o direito de criticar este Governo!

Quero cumprimentar aqui o Deputado Durval Amaral, que foi brilhante na sua explanação e no seu esclarecimento, quanto a esta questão que nos próximos dias será discutida.

Para encerrar, Sr. Presidente, espero que esse projeto da SANEPAR não venha no afogadilho, amanhã, para ser votado e ser transformado em Comissão Geral, para que não tenhamos a oportunidade de discutir, com profundidade esta questão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 783/2004 - G.P., subscrito pelo Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial em Sessão de 25 de junho de 2004, que dispõe sobre os quadros de Servidores do Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 084/2004, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do País nas datas de 29 e 30 do corrente mês, em virtude de representar esta Casa de Leis na condição de observador na rendição do General Lino Oviedo às autoridades paraguaias. **Autorizada a presente solicitação.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1209, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio dos Deputados Duílio

Genari, Delegado Bradock, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 29.06.2004 em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nºs 207/2004, 206/2004, 081/2004 e 076/2004. **Recebido na forma do artigo 107 do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1183, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária de 29.06.2004, para o período da manhã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1208, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando a Inversão Total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### ITEM 24

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 44/2004, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 061/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que estabelece critérios para quitação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, nos casos que especifica. (ICMS). **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 052/2004

Curitiba, 28 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 0051/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei nº 061/2004, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os estabelecimentos enquadrados nos Programas Bom Emprego; Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná PRODEPAR poderão quitar os créditos tributários parcelados em 48 meses, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 3º.

O questionado artigo 3º, permissivo de quitação com utilização de precatórios vencidos até 31 de dezembro de 2003, foi vetado porque, segundo parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, se acatado, ensejaria perigoso precedente que viria comprometer a receita

corrente estadual, com consequências muito graves do ponto de vista das finanças do Paraná.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 061/2004 encontra-se publicado no DA nº 014/2004, de 15.03.2004)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 044/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 061/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objeto de veto do Governador, estabelece critérios para quitação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**Em votação.**

Solicito ao Deputado Ratinho Júnior a chamada dos Srs. Deputados, para a votação, sendo que, aqueles que querem manter o veto, votarão com a cédula NÃO, e os que são favoráveis à manutenção do veto, com a cédula SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ratinho Júnior**)

**(Procede à chamada nominal para a votação).**

Sr. Presidente, 47 Deputados votaram: 01 voto NULO; 33, NÃO; e 13, SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está derrubado o veto do Exmo. Sr. Governador.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu não espero que seja atribuído ao Deputado Rossoni a derrubada desse veto. Outro dia ficou muito irritado o Líder do Governo, então espero que hoje ele não fique!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que denomina Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho, o trecho da

PR-420, entre Agudos do Sul - divisa Paraná/Santa Catarina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/2004, de 25.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 210/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, tem por finalidade denominar de Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho o trecho da PR-420, entre agudos do Sul - Divisa Paraná/Santa Catarina.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica Legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 210/2004

P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 210/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que denomina de Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho o trecho da PR-420, entre Agudos do Sul - divisa Paraná/Santa Catarina, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista que o homenageado foi um cidadão que prestou relevantes serviços ao Paraná, especialmente durante os 43 anos em que se dedicou ao Departamento de Estradas de Rodagens do Estado, e que por esta razão é merecedor do reconhecimento ora proposto.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2004, que autoriza o Poder Executivo ceder ao Poder Judiciário imóvel de propriedade do Estado do Paraná situado nesta Capital, destinado à implantação do Centro Judiciário do Ahú. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18.05.2004 - Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 198/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º, autorização para que possa ceder ao Poder Judiciário o imóvel com área de 70.009,71 m², objeto da matrícula nº 43.404 e da transcrição nº 16.636, livro 3-P, ambas da 2ª Circunscrição Imobiliária da Capital, transcrição nº 5.864, livro 3-C, da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital e da transcrição nº 7.365, livro 3-G, da 6ª Circunscrição Imobiliária da Capital, onde está instalada a Prisão Provisória de Curitiba, para a implantação e funcionamento do Centro Judiciário do Ahú, tornando-se, automaticamente, sem efeito a referida cessão, na hipótese de alteração da finalidade aqui expressa.

O projeto de lei em apreço é indiscutivelmente oportuno e necessário, haja vista que atualmente a prestação dos serviços jurisdicionais é dificultada pela carência de recursos físicos e operacionais, pois os órgãos Judiciários estão espalhados por diversas regiões da cidade e distantes uns dos outros.

As Varas Criminais, Cíveis, Fazenda Pública, de Família, de Execuções Penais, os Juizados Especiais e os órgãos do Ministério Público de Primeiro Grau estão esparsos, dificultando o acesso da população, que precisa realizar um verdadeiro périplo para, em muitas ocasiões, ver atendido o seu direito de cidadania.

Merece destacar o fato de que a medida ora proposta não causará qualquer prejuízo ao Sistema Penitenciário, pois o Poder Executivo construirá em Piraquara nova unidade prisional com capacidade para 900 (novecentos) detentos, que abrigará a população carcerária hoje existente no Complexo do Ahú.

Há ainda, que se fazer menção do alto custo de alugueres pagos pelo Poder Judiciário, onde atualmente, na Capital, arca com pesado ônus decorrentes de alugueres de imóveis onde estão instalado vários dos seus serviços, atingindo cifras insuportáveis. Ressalte-se, ainda, que o Poder Executivo, por sua vez, também arca com altas cifras em alugueres, pertinentes a instalações judiciárias, como, por exemplo, com o imóvel onde se acha instalado o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

É o relatório.

**Voto do Relator**

Quantos aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETOS DE LEI Nº 198/2004



**P A R E C E R :**

Em boa hora, ainda que tardia, isso é proposto.

Trata-se de importantíssima remoção de entrave urbanístico na nossa Cidade de Curitiba.

Um Centro Cívico Judiciário, no lugar do “Presídio do Ahú”, dará a esta cidade uma nova dimensão de desenvolvimento.

Nada obsta. O voto é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Foz do Iguaçu, os lotes das quadras 18 e 30 do Loteamento Vila Yolanda, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18.05.2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 188/2004**

**P A R E C E R :****Relatório**

O Projeto de Lei nº 188/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo autorizar o Poder Executivo, a doar à Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu os lotes das quadras 18 e 30 do loteamento Vila Yolanda.

**Da Fundamentação**

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno, considerando-se que a Comissão Estadual no seu Artigo 10, dispõe que: “os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o benefício for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social”

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, restando-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que conclui-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, para fins de melhorias da segurança pública municipal.

Ademais, a melhora doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. Portanto, é o ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso que deles está precisando, ou

seja, se faz necessário que o bem não esteja sendo utilizado pelo cedente.

**Da Conclusão**

Diante do exposto, este Relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 188/2004, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PROJETO DE LEI Nº 188/2004**

**P A R E C E R :**

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, o projeto em epígrafe autoriza o Estado do Paraná a doar imóvel ao Município de Foz do Iguaçu para ser utilizado exclusivamente em atividade inerente à administração pública municipal.

De acordo com a justificativa do autor, o imóvel em questão, após as adequações necessárias, será transformado em área de lazer, melhorando a qualidade de vida dos moradores dos habitantes daquele Município e da região circunvizinha.

Considerando a importância da destinação de áreas públicas para o lazer da população, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Foz do Iguaçu, o lote urbano nº 13, da Quadra 33, da Zona “A”, situado naquele Município. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2004, de 14.04.2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 123/2004**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 123/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo autorizar o Poder Executivo, a doar à Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu o lote urbano nº 13 da quadra 33 da zona “A”.

**Da Fundamentação**

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, considerando-se que a Comissão Estadual no seu Artigo 10, dispõe que: “os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o benefício for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de

sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declara de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social”

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, visa de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, restando-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que conclui-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, para fins de melhorias da segurança pública municipal.

Ademais, a melhora doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. Portanto, é o ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessário aos seus serviços cede o uso que deles está precisando, ou seja, se faz necessário que o bem não esteja sendo utilizado pelo cedente.

#### **Da Conclusão**

Diante do exposto, este Relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 123/2004, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETOS DE LEI Nº 123/2004

#### **P A R E C E R :**

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, o projeto em epígrafe autoriza o Estado do Paraná a doar imóvel ao Município de Foz do Iguaçu para ser utilizado exclusivamente em atividade inerente à administração pública municipal.

De acordo com a justificativa do autor, o imóvel em questão, foi cedido pelo Estado à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu para a instalação da Guarda Municipal. Entretanto, devido à precariedade das instalações, faz-se necessária a reestruturação e ampliação do prédio. A doação do imóvel, segundo o autor, possibilitará ao Município a realização de todas as obras necessárias, oferecendo assim melhores condições de trabalho para a Guarda Municipal.

Considerando a importância da destinação de áreas públicas para o lazer da população, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

#### **ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2004, que altera dispositivos para instituição da modalidade “diárias” a título de indenização de despesas de alimentação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2004, de 29.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

#### **P A R E C E R :**

##### **Relatório**

O projeto de lei complementar acima, de autoria do Poder Executivo, cria a Central de Viagens, junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, tendo como objetivo prestar um serviço especializado nas questões que envolvem despesas com viagens de interesse do Estado.

Tal medida visa uma maior possibilidade de monitoramento e controle das despesas efetuadas durante o deslocamento, bem como facilitar o desempenho e evolução dos trabalhos realizados pelos servidores.

Merece destacar que a medida não implica em acréscimo das atuais despesas de hospedagem e alimentação, haja vista que a mudança proposta se dá somente na forma de concessão.

É o relatório.

##### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

“Art. 5º - Esta lei complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei Complementar nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 008/2004, altera dispositivos para instituição da modalidade “Diárias”, a título de indenização de despesas de alimentação e pousada, quando do deslocamento de servidores estaduais a serviço da administração pública.

Trata-se de proposição que objetiva acelerar os procedimentos de prestação de contas de servidores em serviço quando retornam à sede do órgão, não implicando a medida ora proposta em acréscimo de despesas de hospedagem e alimentação, de vez que a mudança ocorre na forma de concessão, inalterando os valores praticados.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei complementar em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 74/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situado no perímetro urbano do Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2004, de 23/03/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 074/2004

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, objetiva autorizar o Poder Executivo doar imóvel ao Município de Santa Izabel do Ivaí.

##### Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que tem por objetivo possibilitar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Ivaí possa continuar funcionando no imóvel objeto da doação.

##### Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 074/2004.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 074/2004

#### P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 074/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situado no quadro urbano daquele

Município, com área de 4000 m2, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista o grande alcance social do mesmo, que vai permitir que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele Município possa continuar em funcionamento no referido imóvel, com a possibilidade inclusive, de providenciar a construção de sua sede própria. Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Leif Peter Karlsten. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 106/2003, de 08.12.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 730/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Leif Peter Karlsten.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e da Lei Estadual nº 13.155, 14 de fevereiro de 2001, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ratinho Júnior**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

Sr. Presidente, 41 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo os Deputados Pedro Ivo, Felipe Lucas e Nelsinho Dal Santos, para que procedam o escrutínio dos votos.

#### **(Procede-se o escrutínio dos votos)**

Votaram 41 Srs. Parlamentares.

Trinta e cinco pela aprovação do título; e seis pela não aprovação.

Está aprovado em 1ª discussão o título de Cidadão Honorário ao Sr. Leif Peter Karlsten, que, conforme informação do autor é diretor da Volvo.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, imaginei que na hora o senhor fosse falar com o 1º Secretário e que fosse lida a biografia do Peter Karlsten; ele é casado com uma paranaense, é engenheiro e tem 46 anos de idade. Depois de transitar não só pela Suécia, mas também por vários países do mundo, em três empresas de eletrônica e de sistemas no mundo inteiro, o Peter Karlsten acabou sendo conduzido para a parte de sistemas de uma empresa situada aqui no Estado do Paraná, que tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico do nosso Estado. É uma empresa chamada Volvo, e como todos nós conhecemos, é uma empresa sueca. É uma das primeiras grandes indústrias do nosso Estado. É Presidente do Grupo Volvo para a América Latina, não apenas para o Brasil e tem uma relação muito carinhosa com o Brasil, porque a sua esposa e seus filhos são brasileiros e vivem aqui já há algum tempo.

Então, a origem, a motivação desse título é pela sua relação de carinho que tem com o nosso País, sobretudo com o nosso Estado e a nossa cidade de Curitiba.

Quero agradecer aos Srs. Deputados que votaram pela aprovação. Esse título de Cidadão Honorário é um título que cabe ao Peter Karlsten e a essa empresa, que, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, industrial, do nosso Estado, do nosso País, da nossa cidade, tem uma preocupação muito grande com a área social.

Quando fui Vereador aqui na cidade de Curitiba, debati com questões na área de segurança de trânsito, apresentei um projeto e convoquei para a discussão desse projeto na Câmara dos Vereadores, para as entidades vinculadas à questão da segurança no trânsito.

E, na época, a empresa que mais trouxe subsídios para a segurança no trânsito, porque a nossa preocupação era sobretudo com os passageiros do transporte escolar, foi a empresa Volvo. Fiquei surpreso com o entendimento que a empresa Volvo tem e com toda a sua política para a construção dos seus veículos, dos seus carros, de uma política de segurança. É reconhecida no mundo inteiro a sua expertise nesse setor da indústria automobilística. Por isso, naquela oportunidade pudemos utilizar e conhecer todo o sistema de segurança, porque estávamos preocupados que as crianças transportadas no transporte escolar, naquela época dois ônibus que faziam esse transporte tinham sofrido dois acidentes e as crianças tinham sido jogadas dentro do ônibus, de um lado para o outro e várias se machucaram, não gravemente, mas se machucaram naquela oportunidade.

Então, esse debate foi suscitado na Câmara dos Vereadores e fizemos uma série de sugestões num projeto que garantisse uma segurança melhor para as crianças

que são transportadas no transporte escolar na cidade de Curitiba. E a contribuição das idéias veio do Departamento de Segurança dessa empresa, situada aqui na cidade industrial de Curitiba.

Para esclarecer os Srs. Deputados, agradeço porque é reconhecida a participação da empresa e também do Peter Karlsten que todos nós teremos oportunidade de conhecê-lo quando da entrega desse título aqui, espero que no 2º semestre, a Mesa Executiva possa marcar porque é uma homenagem merecida. Não somente para a empresa Volvo, mas sobretudo, pelo trabalho que o Peter e sua família vêm realizando aqui no nosso Estado.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

A data a ser entregue após a aprovação em 2ª Discussão, será de qualquer forma definida por V. Exa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei complementar acima, de autoria do Poder Executivo, cria a Central de Viagens, junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, tendo como objetivo prestar um serviço especializado nas questões que envolvem despesas com viagens de interesse do Estado.

Tal medida visa uma maior possibilidade de monitoramento e controle das despesas efetuadas durante o deslocamento, bem como facilitar o desempenho e evolução dos trabalhos realizados pelos servidores.

Merece destacar que a medida não implica em acréscimo das atuais despesas de hospedagem e alimentação, haja vista que a mudança proposta se dá somente na forma de concessão. É o relatório.

##### Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

“Art. 5º - Esta lei complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 008/2004, altera dispositivos para instituição da modalidade “Diárias”, a título de indenização de despesas de alimentação e pousada, quando do deslocamento de servidores estaduais a serviço da administração pública.

Trata-se de proposição que objetiva acelerar os procedimentos de prestação de contas de servidores em serviço quando retornam à sede do órgão, não implicando a medida ora proposta em acréscimo de despesas de hospedagem e alimentação, de vez que a mudança ocorre na forma de concessão, inalterando os valores praticados.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei complementar em exame. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 74/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situado no perímetro urbano do Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2004, de 23/03/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 074/2004

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, objetiva autorizar o Poder Executivo doar imóvel ao Município de Santa Izabel do Ivaí.

##### Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que tem por objetivo possibilitar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Ivaí possa continuar funcionando no imóvel objeto da doação.

##### Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 074/2004.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 074/2004

#### P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 074/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situado no quadro urbano daquele Município, com área de 4000 m2, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista o grande alcance social do mesmo, que vai permitir que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele Município possa continuar em funcionamento no referido imóvel, com a possibilidade inclusive, de providenciar a construção de sua sede própria.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Leif Peter Karlsten. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 106/2003, de 08.12.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 730/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Leif Peter Karlsten.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e da Lei Estadual nº 13.155, 14 de fevereiro de 2001, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ratinho Júnior**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

Sr. Presidente, 41 Deputados votaram.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Designo os Deputados Pedro Ivo, Felipe Lucas e Nelsinho Dal Santos, para que procedam o escrutínio dos votos.

**(Procede-se o escrutínio dos votos)**

Votaram 41 Srs. Parlamentares.

Trinta e cinco pela aprovação do título; e 06, pela não aprovação.

Está aprovado em 1ª discussão o título de Cidadão Honorário ao Sr. Leif Peter Karlsten, que, conforme informação do autor é diretor da Volvo.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Sr. Presidente, imaginei que na hora o senhor fosse falar com o 1º Secretário e que fosse lida a biografia do Peter Karlsten; ele é casado com uma paranaense, é engenheiro e tem 46 anos de idade. Depois de transitar não só pela Suécia, mas também por vários países do mundo, em três empresas de eletrônica e de sistemas no mundo inteiro, o Peter Karlsten acabou sendo conduzido para a parte de sistemas de uma empresa situada aqui no Estado do Paraná, que tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico do nosso Estrado. É uma empresa chamada Volvo, e como todos nós conhecemos, é uma empresa sueca. É uma das primeiras grandes indústrias do nosso Estado. É Presidente do Grupo Volvo para a América Latina, não apenas para o Brasil e tem uma relação muito carinhosa com o Brasil, porque a sua esposa e seus filhos são brasileiros e vivem aqui já há algum tempo.

Então, a origem, a motivação desse título é pela sua relação de carinho que tem com o nosso País, sobretudo com o nosso Estado e a nossa cidade de Curitiba.

Quero agradecer aos Srs. Deputados que votaram pela aprovação. Esse título de Cidadão Honorário é um título que cabe ao Peter Karlsten e a essa empresa, que, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, industrial, do nosso Estado, do nosso País, da nossa cidade, tem uma preocupação muito grande com a área social.

Quando fui Vereador aqui na cidade de Curitiba, debati com questões na área de segurança de trânsito, apresentei um projeto e convoquei para a discussão desse projeto na Câmara dos Vereadores, para as entidades vinculadas à questão da segurança no trânsito.

E, na época, a empresa que mais trouxe subsídios para a segurança no trânsito, porque a nossa preocupação era sobretudo com os passageiros do transporte escolar, foi a empresa Volvo. Fiquei surpreso com o entendimento que a empresa Volvo tem e com toda a sua política para a

construção dos seus veículos, dos seus carros, de uma política de segurança. É reconhecida no mundo inteiro a sua expertise nesse setor da indústria automobilística. Por isso, naquela oportunidade pudemos utilizar e conhecer todo o sistema de segurança, porque estávamos preocupados que as crianças transportadas no transporte escolar, naquela época dois ônibus que faziam esse transporte tinham sofrido dois acidentes e as crianças tinham sido jogadas dentro do ônibus, de um lado para o outro e várias se machucaram, não gravemente, mas se machucaram naquela oportunidade.

Então, esse debate foi suscitado na Câmara dos Vereadores e fizemos uma série de sugestões num projeto que garantisse uma segurança melhor para as crianças que são transportadas no transporte escolar na cidade de Curitiba. E a contribuição das idéias veio do Departamento de Segurança dessa empresa, situada aqui na cidade industrial de Curitiba.

Para esclarecer os Srs. Deputados, agradeço porque é reconhecida a participação da empresa e também do Peter Karlsten que todos nós teremos oportunidade de conhecê-lo quando da entrega desse título aqui, espero que no 2º semestre, a Mesa Executiva possa marcar porque é uma homenagem merecida.

Não somente para a empresa Volvo, mas sobretudo, pelo trabalho que o Peter e sua família vêm realizando aqui no nosso Estado.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A data a ser entregue após a aprovação em 2ª Discussão, será de qualquer forma definida por V. Exa.

### **ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio/2004 Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Doutor Marino Loyola Costa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino com sede e foro no Município de Paranaguá Estado do Paraná, sito à Rua das Safiras 25 - Jardim Ouro Fino. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CC e CF.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 06 (seis), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 207/2004**

Fica alterado o artigo 4º do Projeto de Lei nº 207/2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Ademar Traiano, Neivo Beraldin e 01 elegível.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 02**

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Lei nº 207/2004, suprimindo os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 3º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhes responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua sua responsabilidade.

§ 1º - Os bens móveis e imóveis adquiridos para os serviços de concessão deverão reverter ao patrimônio público.”

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

## (a) NEIVO BERARDIN

Apoioamento:

Waldir Leite, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Luiz Accorsi.

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a presente emenda pelo fato de que a contratação de terceiros, conforme prevista nos parágrafos suprimidos do projeto, podem possibilitar a contratação de pessoas físicas ou jurídicas que não estejam devidamente qualificadas nos termos da Lei nº 8.666/93.

Não se pode deixar brechas na lei para que pessoas sem a mínima qualificação possam se locupletar do interesse público fazendo do Estado um grande negócio.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 03**

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Lei nº 207/2004, suprimindo do artigo 4º a expressão:

“... aplicando-se, inclusive, às decisões havidas até 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores à sua vigência.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Waldir Leite, Luiz Accorsi e Ademar Traiano.

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a presente emenda pelo fato de que a possibilidade prevista pela lei de se estender os benefícios previstos por até um ano antes de sua vigência denota em tese que se deseje alcançar, com anuência desta Casa, contratos celebrados de forma irregular até então.

Ademais, traz incerteza jurídica aos contratos e a todos os envolvidos nas relações jurídicas nestas circunstâncias, retroagindo no tempo uma situação que já estava pré-estabelecida, o que poderá acarretar em favorecimentos ilícitos.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 04**

A presente Emenda Supressiva tem por objetivo suprimir o artigo 5º do presente projeto de lei, de modo a adequá-lo à Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

Apoioamento:

Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Barbosa Neto e Ademar Traiano.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO, Nº 05

Ficam acrescidos os artigos 4º e 5º ao Projeto de Lei nº 207/2004, renumerando, sequencialmente, os atuais artigos 4º e 5º, com a seguinte redação:

“Art. 4º - Toda ampliação de contrato de concessão e arrendamento efetuada com órgãos da administração indireta do Estado, deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa, até no máximo 10 (dez) dias antes da celebração do aditivo, contendo informações detalhadas 1º e 2º da presente lei.

Art. 5º - O disposto nesta lei não se aplica aos contratos de concessão e de arrendamento de competência da União, delegados ao Estado.”

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

Apoioamento:

Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ademar Traiano e Barbosa Neto.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO, Nº 06

A presente emenda supressiva tem por objetivo suprimir da redação original do Projeto de Lei nº 207/2004 o parágrafo 2º do artigo 3º, renumerando-se os subsequentes.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e Waldir Leite.

JUSTIFICATIVA:

O contrato de concessão é regido por leis específicas e o poder concedente jamais poderá ser excluído de quaisquer relações jurídicas que envolvam a concessão.

O SR. NEIVO BERARDIN

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como há Emendas apresentadas em Plenário, elas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

V. Exa. mantém ainda a discussão?

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa., remetendo à Comissão de Constituição e Justiça, está protelando a votação e, portanto, vamos discutir na época oportuna.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está sendo encaminhado.

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, para discutir também.

Gostaria de fazer alguns comentários com relação a essa lei.

Com todo respeito que tenho a esta Presidência e ao autor da matéria, creio que temos que ter uma grande cautela na sua aprovação, até porque no momento em que a CPI do Porto discute algumas concessões irregulares e que ainda não há uma definição da investigação, vejo um tanto quanto perigoso aprovarmos matérias que possam vir a legislar fatos ocorridos que são objeto da investigação.

Então, gostaria de apelar ao bom-senso do autor da matéria, para que tenhamos o máximo de cautela na sua aprovação, uma vez que podemos virar chacota nacional aprovando essa matéria. A sensibilidade de V. Exa. vai permitir a esta Assembléia que aprove, mas da maneira mais coerente possível, essa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão levantada por V. Exa., qualquer Parlamentar tem o direito de apresentar os projetos que acham necessários. E eu não tive receio nenhum, quando fui procurado para normalizar uma situação, de apresentar esse projeto e não posso admitir essa colocação de V. Exa., dizendo que pode se tornar chacota nacional. Não havendo motivo nenhum para se tornar chacota nacional.

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, continuando a discussão, se o senhor me permite.

Vejo que há vários princípios da Constituição Federal que não estão sendo atendidos. Por isso, a minha preocupação, e tenho certeza que será a sua também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa é democrática e tanto é que sempre quem determina as decisões aqui é maioria. **Foram apresentadas as Emendas e nós estamos encaminhando à CCJ.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de interesse turístico estadual o 28º Travel Mart Latin América, a realizar-se no Município de Foz do Iguaçu, entre 29 de setembro a 4 de outubro de 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que institui o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana, a ser comemorado no dia 24 de agosto de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**



**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Quisana - ASMOVIQ, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui no Estado do Paraná o Dia da Comunidade Árabe, a ser comemorado anualmente, no dia 11 de novembro, passando a integrar o calendário oficial do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos, com sede em Matinhos e foro em Guaratuba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.. Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro na Comarca de Altônia/PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITU-**

**TIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Senhor Presidente.

Aproveitando, antes de terminarmos esta Sessão, para agradecer e registrar a presença do Diretor-Presidente do IAP, que acompanha a Sessão nesta tarde e nos enaltece com a sua presença.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

As nossas boas-vindas!

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 (LDO). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 124/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

**Capítulo I****Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º - Para o ano de 2005, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável constituem o eixo central

sobre o qual se apóia toda a ação governamental através da elaboração de linhas de ação, diretrizes e programas.

A proposta de inclusão social e desenvolvimento sustentável para o Paraná tem como base o Diagnóstico Social e Econômico elaborado pelo IPARDES/SEPL, no qual o baixo nível de desenvolvimento humano e o desequilíbrio regional medido pelo IDH se apresentam como traços marcantes da realidade paranaense.

A estratégia de desenvolvimento proposta pressupõe a definição de linhas de ação que são complementares e se desdobram em diferentes diretrizes e programas. Estas linhas procuram articular a ação do Estado na direção da superação dos principais problemas diagnosticados. São elas:

1. Expansão produtiva;
2. Competitividade Sistêmica;
3. Educação, Inovação, e Cultura;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade.

É a complementaridade entre as quatro linhas de ação que garante a consecução dos objetivos perseguidos. Essa complementaridade se revela nas ações relacionadas a cada uma das quatro áreas. As ações ligadas à expansão produtiva terão como alvo direto o fomento das empresas já instaladas no Estado e a atração de novos empreendimentos. Na linha de competitividade sistêmica, as ações estarão direcionadas à melhoria da infra-estrutura, a provisão de bens e serviços fundamentais ao bom funcionamento da economia e à qualidade de vida dos cidadãos paranaenses. A linha de ação que envolve educação, inovação e cultura preocupa-se com a formação de capital humano, a soma do treinamento, experiência e conhecimentos de uma pessoa, cujo acúmulo eleva sua produtividade e a torna mais apta à colaboração no desenvolvimento da sociedade. A quarta linha de ação é o desdobramento natural das ações nas três linhas anteriores e diz respeito ao aumento do emprego, cidadania e solidariedade no meio social paranaense.

As principais diretrizes são:

I - reduzir o analfabetismo nas áreas urbana e rural do Estado;

II - desenvolver ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres;

III - aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores;

IV - aumentar a expectativa de vida da população;

V - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde através da maior alocação de recursos;

VI - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

VII - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de

áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VIII - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos através do melhor planejamento das políticas públicas;

IX - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

X - combater o crime, a violência, o trabalho infantil e a prostituição de crianças e adolescentes através de programas de prevenção;

XI - investir na capacitação profissional dos servidores públicos;

XII - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;

XIII - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XIV - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social;

XV - proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado;

XVI - assegurar os recursos necessários à manutenção da educação de jovens e adultos;

XVII - proporcionar meios para desenvolver programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho.

## Capítulo II

### Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2005, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 13.209.399.000,00, a preços de 30 de junho de 2004.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orça-

mentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2004, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de Lei Orçamentária.

### Capítulo III

#### Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 6º - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- ◆ Poder Legislativo até ..... 5,0%
- ◆ Poder Judiciário até.....8,5%
- ◆ Ministério Público até .....3,6%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25 % (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2005 a 12,00% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Pre-

vidência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 31 desta lei.

Art. 8º - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

### Capítulo IV

#### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado; (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governo: São idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

i) Órgão Orçamentário: constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;

j) Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orça-

mentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

§ 4º - As autorizações para abertura de créditos adicionais, ou de alterações orçamentárias. Que poderão ser concedidas no texto da Lei Orçamentária, deverão conter limites nos termos do artigo nº 167 da Constituição Federal, estabelecer o seu nível de abrangência e não permitir o acúmulo em mais de um dispositivo.

Art. 10 - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º - Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o caput deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º - Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o caput deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 – Ordinário não Vinculado;

Fonte 105 – Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 – Fundo Especial da PGE;

Fonte 108 – Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 – Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis Em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 – Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;

Fonte 123 – Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 – Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;

Fonte 125 – Venda de Ações e / ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 – Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 – Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;

Fonte 128 – Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;

Fonte 129 – Taxas de Polícia – FUNRESPOL;

Fonte 131 – Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 / 95;

Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 – Taxa Ambiental;

Fonte 139 – Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;

Fonte 141 – Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 – Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCBC.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 – Convênios com o Exterior;

Fonte 148 – Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 – Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 – Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 – Operação de Crédito Externa – PROEM / BID;

Fonte 137 – Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 – Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental –

PARANASAN / JBIC;

Fonte 142 – Outras Operações de Crédito Externas – Desenvolvimento Integrado;

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

GRUPO 45 – FUNDEF – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 – Diretamente Arrecadados;  
 Fonte 251 – Operação de Crédito Interna;  
 Fonte 252 – Operação de Crédito Externa;  
 Fonte 253 – Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;  
 Fonte 254 – Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;  
 Fonte 255 – Transferências da União – SUS;  
 Fonte 256 – Reposição Florestal – SERFLOR;  
 Fonte 260 – Multas Ambientais – FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);  
 Fonte 270 – Aumento de Capital Social;  
 Fonte 281 – Convênios com Órgãos Federais;  
 Fonte 283 – Convênios com o Exterior;  
 Fonte 284 – Outros Convênios;  
 Fontes 292 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 11 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2005 à Assembléia Legislativa.

Art. 13 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Inciso III do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

## Capítulo V

### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 15 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a

serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2004, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2004.

Art. 20 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 21 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 22 - As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e

Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 25 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 27 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2004, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2004, a serem incluídos no orçamento de 2005, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização

até 1º de julho de 2004, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 28 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 29 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 30 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2006.

Art. 32 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, e a 1% (um por cento) na lei, sendo pelo menos metade da reserva, no projeto, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

## Capítulo VI

## Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 33 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2005.

## Capítulo VII

### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 34 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2003, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## Capítulo VIII

### Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 35 - No exercício financeiro de 2005 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - O Estado deverá consignar na Lei Orçamentária dotação para realizar reposição e alteração salarial, reestruturação e/ou ajuste de quadro de cargos e carreiras, desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Item I, Parágrafo Único do artigo 22 da referida lei.

Art. 36 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

### **Capítulo IX**

#### **Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito**

Art. 37 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 38 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2005, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 39 - A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazo, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

### **Capítulo X**

#### **Disposições Transitórias**

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2005, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

### **Capítulo XI**

#### **Demais Disposições**

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - A Lei de Orçamento Anual de 2005, criará programa de apoio às Sociedades Indígenas Paranaenses.

Art. 47 - A elaboração do projeto de Lei Orçamentária de 2005, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Serão divulgadas na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;



b) a proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual.

Art. 49 - O Poder Executivo fixará no exercício de 2005 para fins de acompanhamento da execução orçamentária, a metodologia e memória de cálculo da receita corrente líquida e da receita líquida que servirão para fins de apuração e controle no artigo nº 54 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e divulgará em meio eletrônico de dados até vinte dias do encerramento de cada quadrimestre.

Art. 50 - Integrará a Lei Orçamentária Anual, para efeito de normatização, fixação e aferição de resultados o Anexo de Vinculações relativos aos limites determinados por lei específica.

Art. 51 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

## ANEXO I - METAS FISCAIS

### 1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior.

A execução orçamentária e financeira de 2003 foi marcada pelos ajustes decorrentes da mudança de Governo e pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais. No primeiro trimestre do ano, o Governo Estadual declarou moratória no pagamento das despesas de custeio, inclusive de restos a pagar, com o objetivo de reavaliar os contratos. Ao mesmo tempo iniciou-se o diagnóstico da situação financeira, administrativa e dos programas governamentais a fim de ajustar-

se a administração e o orçamento do Estado à estratégia do novo Governo que tomara posse no início de 2003.

Passado o período de moratória, por meio de Decreto, o Poder Executivo efetuou contingenciamento de 30% nos gastos de custeio administrativo, antes de iniciar a liberação dos créditos orçamentários para custeio. Por sua vez, a reavaliação e a readequação dos programas de governo resultaram em adiamento e reprogramação dos cronogramas de investimentos para o ano.

Como resultado de todas essas medidas, as despesas não financeiras, em especial as outras despesas de custeio (ODC) e os investimentos, apresentaram queda em relação ao programado na LDO respectiva. No entanto as despesas com pessoal e encargos sociais foram acima do programado, basicamente em decorrência da aprovação de reajustes, promoções e progressões no segundo semestre de 2002, com implantação prevista a partir do início de 2003. Essa situação não fora considerada tanto na LDO quanto no orçamento aprovado para 2003, o que reforçou a necessidade de ajustamentos nesses instrumentos de gestão.

No que se refere às receitas não financeiras, embora o montante realizado tenha se aproximado dos valores previstos na LDO o desempenho também foi diferenciado, assim como nas despesas. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias com queda nas receitas de transferências. Por sua vez as operações de crédito, que compõem as receitas do Estado, mas são excluídas para efeito de apuração do resultado primário, também foram superestimadas, pois contemplaram o aporte de recursos em programas que, de fato, não foram contratados, bem como em decorrência da reavaliação dos programas de governo.

Por conta dos impactos dessas medidas, as receitas não financeiras apresentaram desempenho semelhante ao previsto na LDO, enquanto as despesas não financeiras foram menores do que o previsto. Esses fatores ajudam a explicar a superação da meta de resultado primário prevista na LDO de 2003 (Tabela 1).

**Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas a 2003**

Discriminação	Previsto (em R\$ mil)	Realizado (em R\$ mil)
Receita Não Financeira	10.272.773	10.264.014
Despesa Não Financeira	10.049.448	9.530.418
Resultado Primário	223.325	733.596

Apesar desse excelente desempenho das contas públicas, o perfil do endividamento público do Estado indica comprometimento crescente do orçamento estadual com o pagamento do serviço da dívida no período 2001-2005, com quedas gradativas ocorrendo somente a partir

de 2006. Diante disso apesar do desempenho do resultado primário em 2003 ter superado a meta prevista, o serviço da dívida no valor de R\$ 1,19 bilhões, ainda o supera, indicando que a despeito dos esforços no ajustamento das con-

tas públicas, o saldo devedor da dívida pública estadual continuará aumentando nos próximos anos.

Esse aumento no estoque da dívida pode ser explicado basicamente por dois fatores. O primeiro é a continuidade dos desembolsos dos programas de financiamento junto a organismos de financiamento nacionais e internacionais, os quais se encerram em 2004 e 2005. O segundo refere-se aos indexadores do estoque da dívida estadual. Da dívida interna cerca de 60% corresponde ao refinanciamento pela União da dívida do Paraná, que é corrigida pelo IGP-DI, além dos juros de 6% aa. A dívida interna, cerca de 20% da dívida estadual, é indexada à correção cambial, basicamente o dólar, mais os juros contratuais.

Esses dois indexadores, IGP-DI e variação do dólar, desde a mudança de regime cambial ocorrida em

1999, têm sido muito influenciados por efeitos de choques internos e externos na economia, enquanto o IPCA, ao dissipar os choques na sua estrutura de ponderação, coaduna-se ao comportamento das despesas e da arrecadação estadual. Como os efeitos dos choques têm apresentado impactos muito reduzidos no acréscimo da arrecadação, é crescente o descompasso entre o crescimento do estoque da dívida, da participação relativa do serviço da dívida no orçamento estadual e da arrecadação de receitas.

As Tabelas 2 e 3 abaixo resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2002 e 2003 e reprogramadas para 2004.

**Tabela 2 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Correntes - em R\$ mil**

Discriminação	2002 Realizado	2003 Realizado	2004 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	83.091	223.325	891.517
II. Resultado Primário Obtido	561.167	733.597	119.782
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	478.076	510.272	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	3.277.120	- 221.706	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

**Tabela 3 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Constantes de 2004 - em R\$ 1000**

Discriminação	2002 Realizado	2003 Realizado	2004 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	101.978	258.074	891.517
II. Resultado Primário Obtido	688.720	847.745	119.782
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	586.743	589.670	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	4.022.009	- 244.647	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 STN/COAFI/MF firmado com a União em 31/03/1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro daquele ano.

O Programa compõe-se de seis principais metas fiscais que atendem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2003, o Estado passou a acumular superávits primários com vistas a sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

## **2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais**

A continuidade da política fiscal para os anos subsequentes tem por objetivo o resgate da capacidade de

investimento estadual para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual. Essa estratégia está fundamentada no desenvolvimento sustentável e na distribuição de renda, eixos nos quais se sustentam as ações governamentais por meio das diversas políticas do Estado.

Para a retomada dos investimentos, torna-se necessária a manutenção de superávits primários positivos no período 2004-2007, de modo a contribuir para a redução do estoque e do serviço da dívida, o que permitirá o restabelecimento de fundos para realização de investimentos nos programas do governo.

As metas fiscais mencionadas também decorrem das condições da economia paranaense e brasileira. No cenário para os próximos anos supõe-se a retomada do crescimento sustentável da economia brasileira a partir de

2004 e seus reflexos no Paraná. Em 2003, em decorrência da necessidade de ajustes macroeconômicos aos choques ocorridos em 2002, aumentaram-se as metas de superávit primário para o setor público (4,25% do PIB), promoveu-se o aumento nas taxas de juros no primeiro semestre e a posterior queda no segundo semestre, além do encaminhamento e aprovação das reformas tributária e da previdência.

Essas medidas resultaram na política fiscal e monetária conservadora por parte do Governo Federal tendo por consequência a redução da absorção interna, que aliada ao cenário externo de melhoria na liquidez internacional, à elevação no preço das commodities agrícolas no mercado internacional e à desvalorização do dólar perante outras moedas fortes, permitiram a queda nas taxas de inflação, a queda na taxa de câmbio e melhoria substancial no saldo da balança comercial.

No entanto, em função desses acontecimentos, em 2003 a economia brasileira recobrou o controle da inflação, que foi de 9,3% em 2003 quando fora de 12,53% em 2002, ao custo de uma queda de 0,2% no PIB. Por sua vez, o excelente desempenho da agricultura paranaense, aliado ao crescimento da produção industrial e das vendas no comércio permitiram que o PIB do Paraná apresentasse crescimento de 3,4%. Para 2004 espera-se a retomada do crescimento da economia brasileira com a manutenção do controle da inflação, bem como a manutenção do crescimento da economia do Paraná.

De 2005 em diante, supõe-se o retorno ao crescimento sustentado da economia, resultando no crescimento do PIB do Paraná de 0,5% acima do PIB brasileiro (Tabela 4).

**Tabela 4 - Indicadores econômicos para o período 2003 - 2007**

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007
PIB do Brasil (variação %)	- 0,2%	3,6%	3,7%	3,7%	3,7%
PIB do Paraná (variação %)	3,4%	1,8%	4,2%	4,2%	4,2%
Inflação, IPCA (variação %)	9,17%	5,9%	5,0%	4,8%	4,4%
Inflação, IGP-DI (variação %)	7,56%	7,3%	5,4%	5,4%	4,9%
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,89	3,15	3,35	3,55	3,69

Fonte: IPARDES/SEPL

A existência de superávits primários nos próximos anos, média de 0,9% do PIB do Paraná, supõe: a) a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense e brasileira, o que se refletirá no incremento das receitas não-financeiras do Estado; b) no controle das despesas de manutenção da administração estadual; e c) no cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Governo Federal e em processo de renovação em 2004, permitindo sustentar o pagamento do serviço da dívida. Em conjunto essas condições permitirão a con-

tinuidade do gradual incremento nos recursos disponíveis para a realização de investimentos e a execução de programas finalísticos, tendo por consequência o incremento nas despesas não-financeiras do Estado, com redução da relação Dívida/PIB.

As Tabelas 5 e 6 abaixo resumem as metas fiscais para o triênio 2005-2007, a preços correntes e a preços constantes de 2004, resultantes do impacto das ações mencionadas.

**Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Correntes**

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	12.536.908	14,56%	13.463.541	15,01%	14.354.065	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	11.639.905	13,52%	12.676.715	14,13%	13.434.681	14,37%
III. Resultado Primário	897.003	1,04%	786.826	0,88%	919.384	0,98%

**Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Correntes**

IV. Saldo Devedor da Dívida	12.565.976	14,60%	12.881.737	14,36%	13.088.622	14,00%
V. Resultado Nominal	- 271.809	- 0,32%	- 315.761	- 0,35%	- 206.885	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

**Tabela 6 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Constantes de 2004**

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	9.273.551	14,56%	9.958.981	15,01%	9.634.448	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	8.610.038	13,52%	9.376.966	14,13%	9.017.358	14,37%
III. Resultado Primário	663.513	1,04%	582.015	0,88%	617.091	0,98%
IV. Saldo devedor da Dívida	9.295.052	14,60%	9.528.621	14,36%	8.785.083	14,00%
V. Resultado Nominal	- 201.057	- 0,32%	- 233.568	- 0,35%	- 138.861	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Nas estimativas das receitas tributárias para o período 2005-2007 foram consideradas as projeções de evolução do Produto Interno Bruto do Paraná (PIB/PR), a variação da inflação (IGP-DI), o retorno dos recursos do Programa Paraná Mais Empregos/PRODEPAR e Esforço Fiscal. Na estimativa do ICMS foram utilizados o IGP-DI e o crescimento do PIB do Paraná, conforme o cenário econômico mencionado. Para fins do cálculo do ICMS, o percentual de evolução do PIB foi depreciado em 45%, ou seja, apenas 55% da evolução foi considerado como fator determinante de acréscimo no imposto. Os valores dos Programas Paraná Mais Empregos e PRODEPAR, estão fundamentados nos quadros de acompanhamento do Programa, elaborados pela Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC/SEFA). Os valores projetados para a arrecadação por meio do esforço fiscal, tem como base os projetos da Coordenação da Receita do Estado (CRE/SEFA), na composição da Receita Tributária do Estado.

Na estimativa das receitas foram incluídos os impactos plenos decorrentes da reforma tributária e previdenciária de 2003. Da reforma tributária consideraram-se os efeitos da descentralização da CIDE e da criação do novo Fundo Orçamentário em substituição à Lei Kandir (LC 87/96). Na descentralização da CIDE, estão contempladas as liberações trimestrais de 25% do total arrecadado como quota-parte dos Estados e Municípios. Esse percentual será aplicado a partir de Abril/2004. Para efeito de projeção considerou a majoração da alíquota para 29% somente para os trimestres a partir de Outubro/2004. Da quota-parte dos Estados e Municípios, a parcela

do Estado do Paraná é de 7,23%, sendo 75% do Estado e 25% dos Municípios paranaenses.

O Fundo Orçamentário para compensação de perdas no ICMS de produtos exportados, pendente de regulamentação pelo Governo Federal, contempla a manutenção dos valores distribuídos em 2004, R\$ 4,3 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,0 bilhões a partir de 2005. Desse montante cabe ao Paraná 9,53%, sendo 75% ao Estado e 25% aos Municípios.

Da reforma previdenciária, incluiu-se o acréscimo na arrecadação decorrente do recolhimento de contribuição previdenciária dos servidores inativos, cuja Mensagem nº 006/2004 referente ao projeto de lei foi encaminhada à Assembléia Legislativa, com impactos previstos a partir de meados do segundo semestre de 2004.

Para a estimativa das demais receitas do Estado até 2007, foram observadas as normas técnicas e legais, atinentes a cada item específico, considerados os efeitos das alterações na legislação, bem como as variações nos índices de preço e de crescimento do PIB do Paraná e do Brasil de acordo com o cenário utilizado.

No que se refere às despesas, persiste o elevado comprometimento do orçamento estadual com o pagamento de despesas fixas, de caráter permanente e continuado, restringido as disponibilidades para investimentos e execução de programas. Itens como despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências a municípios, pagamentos de precatórios, PASEP, contrapartidas de empréstimos externos e as vinculações consti-

tucionais e legais a órgãos e programas, são responsáveis por mais de 85% das despesas totais consignadas no orçamento. Esse fato reforça a necessidade do compromisso com a racionalização de despesas, em especial as não-discrecionárias, e com os princípios da responsabilidade fiscal.

Para a projeção das despesas de pessoal até 2007, considerou-se a manutenção da atual política de reajustes diferenciados por carreira, de implantações de progressões e promoções e de autorizações para concursos e contratações, somente nos limites e percentuais estritamente permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Cabe mencionar, que dentro desses limites estão incluídos os impactos do Plano de Cargos e Salários do Magistério, o crescimento vegetativo da folha de pagamento de 2,39% em 2005 e de 5% em 2006 e 2007, bem como a decorrente readequação do cronograma de implantações, realizada de forma permanente para compatibilização às exigências legais.

O serviço da dívida, que inclui os pagamentos com juros e amortizações, estará comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes das dívidas renegociadas com a União, que representaram cerca de 60% do estoque da dívida do Estado em 2003, e com os pagamentos da dívida externa junto a organismos financeiros internacionais unilaterais e multilaterais, cerca de 20% da dívida em 2003. A projeção dos serviços da dívida foi efetuada de acordo com os cronogramas, índices e parâmetros próprios de cada contrato de endividamento coerentes com o cenário geral adotado para a LDO.

Para as demais despesas de custeio, decorrente dos controles implementados na sistemática de programação orçamentária e financeira, considerou-se apenas a manutenção do valor real observado em 2003, sem nenhum acréscimo adicional.

A despeito das vinculações constitucionais e legais afetarem todas as naturezas de despesa orça-

mentárias, parcela substancial dessas vinculações está relacionada às despesas de custeio. Como as despesas vinculadas estão atreladas à receita, há a garantia do seu crescimento por conta dos incrementos na arrecadação. Dado o controle legal sobre as despesas de pessoal e a manutenção dos valores reais das outras despesas de custeio, o ajuste termina por ocorrer sempre nas despesas não vinculadas.

A título de exemplo de vinculação orçamentária cabe mencionar o aporte adicional de recursos, a partir de 2004, para atendimento ao artigo 198 e artigo 77, inciso II do ADCT, da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima em 12% das receitas mencionadas naqueles artigos em ações e serviços públicos de saúde, o que implica no aumento da rigidez na execução do orçamento estadual.

Dessa forma, além do controle das despesas de custeio, a diminuição da rigidez orçamentária decorrente das vinculações é essencial para a consolidação das metas fiscais, ao equacionar de modo duradouro os desequilíbrios embutidos no orçamento estadual.

Com base nestas constatações, dada a capacidade de crescimento das receitas, o grau de endividamento do Estado e a rigidez orçamentária decorrente das vinculações, a manutenção de política fiscal é o elemento fundamental para a recuperação da capacidade de investimento do Estado e, por consequência, para o desenvolvimento do Estado.

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2001 a 2003. O Saldo Patrimonial é a categoria do Balanço Patrimonial, das entidades do setor público regidas pela Lei nº 4.320/64, que expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios**

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2003 (R\$ 1.000)</b>	<b>2002 (R\$ 1.000)</b>	<b>2001 (R\$ 1.000)</b>
Ativo Financeiro	1.261.043	756.611	915.327
Ativo Permanente	15.831.900	13.038.006	11.051.325
Soma do Ativo Real	17.092.943	13.794.617	11.966.652
Passivo Financeiro	4.248.363	3.771.588	4.069.476
Passivo Permanente	12.484.539	12.415.759	9.408.065
Soma do Passivo Real	16.732.902	16.187.347	13.477.541
Saldo Patrimonial	360.041	- 2.392.730	- 1.510.889

O Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2001 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 1.510,8 milhões, resultante da Diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. Esse déficit apresentado teve um

decréscimo de R\$ 322,6 milhões com relação ao déficit patrimonial apurado no exercício de 2000. Já no exercício de 2002 o Balanço Patrimonial apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7 milhões, repre-

sentando um acréscimo de 634,5 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

O exercício de 2003 apresentou em seu Balanço Patrimonial um Superávit Patrimonial de R\$ 360 milhões.

#### 4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da Parana Previdência em dezembro de 2002 atingiu o montante de R\$ 3,397 bilhões, e em dezembro de 2003 registrou o valor de R\$3,383 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2,960 bilhões em dezembro de 2002, registrou o valor de R\$ 2,818 bilhões em dezembro de 2003. A desvalorização cambial do Real em relação ao Dólar, no ano de 2003, foi superior a 18% e teve reflexo direto no resultado da carteira, a qual é composta em cerca de 60% por títulos indexados ao Dólar. Os investimentos, excluindo os Certificados Financeiros do Tesouro, renderam 22,06%, correspondendo ao IGP-M +

8,89% ao ano, acima da meta atuarial que é o IGP-M + 6% ao ano.

Nas demonstrações contábeis da Parana Previdência relativas ao exercício de 2003 consta o Parecer Atuarial onde verifica-se no Laudo Atuarial que a situação do Fundo de Previdência da Parana Previdência em 31/12/2003, apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 11.429.778,95, observadas as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit, foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela Parana Previdência, apresentou o valor de R\$ 2.039.425.832,95.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

Reservas Matemáticas	Avaliação Atuarial EC 41 * 4
(1) Benefícios Concedidos *1	822.953.646,00
(2) Benefícios a Conceder *2 e *3	2.746.090.090,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.569.043.736,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.541.047.682,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	2.027.996.054,00
(6) + (7) - (5) Resultado Técnico *5	11.429.778,95
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.039.425.832,95

#### Notas:

*1	A Reserva de Benefícios concedidos está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: 10% de {[982.143.256,00 – (8.317.186,00/0,10)]} + 8.317.186,00 = 98.214.326,00, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997. Considera-se também, o valor presente atuarialmente calculado, de R\$ 8.317.186,00, referente aos processos já reconhecidos, e em fase de pagamento mensal pelo INSS, correspondentes ao tempo de serviço ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
*2	Incorpora o reflexo das 9.760 novas nomeações ocorridas em 27/12/2003, no Estado do Paraná. Esse reflexo reduziu a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder em R\$ 11.461.086,00 e acresceu a Reserva a Amortizar de serviços Passados em R\$ 60.462.906,00.
*3	A Reserva de Benefícios a Conceder está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: 10% de 3.910.137.764,00 = 391.013.776,00, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997.
*4	Situação refletindo a EC 41 – Considerando a decisão do Estado do Paraná pela adoção da alíquota de 11%, conforme estabelece os incisos I, II, III, IV e V do artigo 5º do Decreto 2551, de 11/02/2004. - Contribuição de Ativos de 11% sobre a remuneração. - Contribuição para os atuais inativos e pensionistas de 11% sobre o que exceder a R\$ 1.200,00 e, de 11% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00 para os futuros inativos e Pensionistas. - Previsão do nível para as futuras pensões de 100% até R\$ 2.400,00 e 70% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00.
*5	Se negativo, é Déficit a Equacionar e, se Positivo é Superávit.

### 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (artigo 17, da LC 101/00).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se de aumento permanente de receita o proveniente

de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Na margem de expansão para 2005 (Tabela 8), as receitas tributárias e de contribuição consideram a elevação da base tributária decorrente do crescimento do PIB do Paraná e a criação da contribuição sobre servidores inativos, instituída pela reforma previdenciária de 2003. Nas despesas correntes de caráter continuado estão incluídos os aumentos permanentes decorrentes de decisões tomadas em 2004 que terão impacto adicional em 2005

-

**Tabela 8 - Saldo da Margem de Expansão em 2005**

Discriminação	2005
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	791.224
2. Transferências Constitucionais e Legais	194.950
3. Saldo (1-2)	596.274
4. Saldo já utilizado	527.457
Plano de Cargos e Salários do Magistério, Concursos, Promoções e Progr. Carreiras	478.583
Serviço da Dívida	42.803
Precatórios	6.071
5. Margem de Expansão	68.817

### ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2005 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária que é consensual entre os dirigentes do setor público e privado.

O novo Fundo de Compensação previsto na LC 87/96 – Lei Kandir está sendo estudado na reforma tributária e até a data de encaminhamento deste projeto de lei não apresentou definição, motivo pelo qual suas previsões ficam em situação de receita condicionada.

O ICMS por ser um tributo de competência estadual, tem uma legislação para cada estado da Federação, a unificação da legislação e a padronização das alíquotas são os passos mais importantes.

Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente a definição da cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados com redução ou acréscimo na sua arrecadação, em decorrência das várias alternativas possíveis ainda em discussão.

O Governo do Estado do Paraná em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, assinou o Convênio ICMS 74/03 – CONFAZ que autoriza o Estado a conceder crédito presumido do ICMS aos contribuintes que financiarem projetos culturais vincula-

dos a órgão da administração pública estadual responsável pela cultura, no percentual de até 80% do valor aplicado no projeto. Essa concessão de crédito presumido caracteriza uma renúncia de receita do Estado, cujo valor não pode ainda ser definido, tendo em vista a necessidade de aprovação de regulamentação estadual.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1184, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1185, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1186, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1187, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1188, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Deputados Hermas Brandão e Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1189, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1190, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1191, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1192, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1194 e 1195, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1196, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Jocelito Canto e Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1198 a 1200, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 725/2003 e 213/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 730/2003; 123, 188, 198, 210 e 074/2004; e do Projeto de Lei Complementar nº 081/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 076 e 206/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 018 e 020/2004.

Levanta-se a Sessão.